



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

MARÇO/2013



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL – SRRF05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

Salvador, 03/2013

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
Art. – Artigo
Ascom – Assessoria de Comunicação da Receita Federal do Brasil
Asesp – Assessoria Especial da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
Coaef – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
Coana – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
Cocad – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros
Cocaj – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
Codac – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrana
Coelba – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
Cofis – Coordenação-Geral de Fiscalização
Cogep – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coger – Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil
Coget – Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação
Comac – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
Copav – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
Copei – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
Copes – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
Copol – Coordenação-Geral de Programação e Logística
Corec – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituo
Cosit – Coordenação-Geral de Tributação
Cotec – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DCOMP – Declaração de Compensação
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
Defis – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
Deinf – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
Demac – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes
Derat – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
DI – Despacho Aduaneiro de Importação

Diana – Divisão de Administração Aduaneira
Difis – Divisão de Fiscalização
Digep – Divisão de Gestão de Pessoas
Dipol – Divisão de Programação e Logística
Dirac – Divisão de Arrecadação e Cobrança
Direp – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
Disit – Divisão de Tributação
Ditec – Divisão de Tecnologia da Informação
Divic – Divisão de Interação com o Cidadão
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
IN – Instrução Normativa
IRF – Inspeção da Receita Federal do Brasil
Limpurb – Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PER – Pedido Eletrônico de Restituição
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RF – Região Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento
Samf/BA – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Semac – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
Setin – Secretaria Municipal dos Transportes e Infraestrutura
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas

SMA/PMS – Secretaria do Meio-Ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
SRRF05 – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 5ª Região Fiscal
SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suara – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
Suari – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
Sucor – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
Sucom/PMS – Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município – Prefeitura Municipal de Salvador
Sufis – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
Sutri – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	15
ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	16
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	17
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	19
1.3 APRESENTAÇÃO DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	26
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	31
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS E FINALIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	39
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS (EXTERNOS À UNIDADE JURISDICIONADA) RELACIONADOS AOS PROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE.....	47
ITEM 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	48
2.1 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	49
2.2 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA UNIDADE PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	53
2.3 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES PARA O EXERCÍCIO.....	61
2.4 INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADORES UTILIZADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	66
ITEM 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	82
3.1 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	83
ITEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	85
4.1 RELAÇÃO DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO QUE ESTIVERAM INTEGRAL OU PARCIALMENTE NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	86
4.2 DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	88
ITEM 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	91
5.1 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	92
5.2 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO.....	94
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO "B" E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	99
ITEM 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	103
6.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	104
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SOBRE O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	114
ITEM 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	125
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E LOCADOS DE TERCEIROS.....	126
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO QUE ESTEJA SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E DOS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	130
ITEM 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	133

<u>8.1 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....</u>	<u>134</u>
<u>8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....</u>	<u>136</u>
<u>ITEM 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....</u>	<u>137</u>
<u>9.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIO DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....</u>	<u>138</u>
<u>9.2 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO</u>	<u>142</u>
<u>9.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....</u>	<u>144</u>
<u>9.4 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011</u>	<u>146</u>
<u>ITEM 10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	<u>147</u>
<u>10.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.9 E NBC T 16.10, PUBLICADAS PELAS RESOLUÇÕES CFC Nº 1.136/2008 E 1.137/2008, RESPECTIVAMENTE, PARA TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO E DA AMORTIZAÇÃO DOS ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.....</u>	<u>148</u>
<u>10.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (BALANÇO PATRIMONIAL, BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, BALANÇO FINANCEIRO, DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO) PREVISTAS PELA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008, REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA O RELATÓRIO DE GESTÃO.....</u>	<u>151</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>152</u>

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	17
QUADRO 2: JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.....	21
QUADRO 3: UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – QUANTITATIVO ...	25
QUADRO 4: UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 5ª REGIÃO FISCAL - QUANTITATIVO.....	25
QUADRO 5: DIVISÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB DA 5ª REGIÃO FISCAL	28
QUADRO 6: ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES GESTORAS DA 5ª REGIÃO FISCAL	29
QUADRO 7: “OBJETIVOS-BATALHA” DA RFB PARA O CICLO DE GESTÃO 2012-2015.....	53
QUADRO 8: INDICADORES ESTRATÉGICOS DA RFB COM APURAÇÃO EM NÍVEL REGIONAL E/OU LOCAL NO ANO DE 2012.....	55
QUADRO 9: DIRETRIZES DE GESTÃO DA RFB PARA O EXERCÍCIO 2012.....	56
QUADRO 10: PROJETOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS DA RFB NO ANO DE 2012.....	57
QUADRO 11: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 1.....	66
QUADRO 12: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 2.....	66
QUADRO 13: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 3.....	67
QUADRO 14: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 4.....	67
QUADRO 15: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 5.....	68
QUADRO 16: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 6.....	68
QUADRO 17: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 7.....	69
QUADRO 18: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 8.....	69
QUADRO 19: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 9.....	70
QUADRO 20: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 10.....	71
QUADRO 21: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 11.....	71
QUADRO 22: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 12.....	72
QUADRO 23: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 13.....	73
QUADRO 24: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 14.....	73
QUADRO 25: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 15.....	74
QUADRO 26: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 16.....	74
QUADRO 27: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 17.....	75
QUADRO 28: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 18.....	75
QUADRO 29: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 19.....	76
QUADRO 30: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 21.....	76
QUADRO 31: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 22.....	77
QUADRO 32: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 23.....	77
QUADRO 33: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 24.....	78
QUADRO 34: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 27.....	79
QUADRO 35: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 28.....	79
QUADRO 36: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 29.....	80
QUADRO 37: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	83
QUADRO 38: AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	86
QUADRO 39: HISTÓRICO DE EVENTOS DO PROJETO DO EDIFÍCIO-SEDE DA RFB EM SALVADOR.....	87
QUADRO 40: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	88
QUADRO 41: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	89
QUADRO 42: SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	92
QUADRO 43: CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA APURAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR.....	93
QUADRO 44: INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	94
QUADRO 45: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	94
QUADRO 46: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ.....	95
QUADRO 47: ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....	96
QUADRO 48: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	99
QUADRO 49: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	99
QUADRO 50: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	101
QUADRO 51: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF).....	101
QUADRO 52: FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	105
QUADRO 53: FORÇA DE TRABALHO DA UJ: SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO.....	105
QUADRO 54: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	106

QUADRO 55: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ.....	108
QUADRO 56: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA.....	108
QUADRO 57: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	109
QUADRO 58: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES.....	110
QUADRO 59: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À FOLHA DE PAGAMENTO DA UJ EM 2012.....	111
QUADRO 60: ABSENTEÍSMO NA UJ - EVOLUÇÃO DO INDICADOR.....	112
QUADRO 61: INDICADORES DE CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA UJ.....	113
QUADRO 62: GRAU DE REPOSIÇÃO DE APOSENTADORIAS NA UJ – EVOLUÇÃO DO INDICADOR.....	113
QUADRO 63: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/ARACAJU.....	114
QUADRO 64: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – SRRF05.....	114
QUADRO 65: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/SALVADOR.....	115
QUADRO 66: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/FEIRA DE SANTANA.....	115
QUADRO 67: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/VITÓRIA DA CONQUISTA.....	115
QUADRO 68: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – ALF/PORTO DE SALVADOR.....	116
QUADRO 69: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/CAMAÇARI.....	116
QUADRO 70: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/ITABUNA.....	117
QUADRO 71: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/ARACAJU.....	118
QUADRO 72: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – SRRF05.....	118
QUADRO 73: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/SALVADOR.....	119
QUADRO 74: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/FEIRA DE SANTANA.....	119
QUADRO 75: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/VITÓRIA DA CONQUISTA.....	120
QUADRO 76: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – ALF/PORTO DE SALVADOR.....	120
QUADRO 77: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/CAMAÇARI.....	121
QUADRO 78: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/ITABUNA.....	122
QUADRO 79: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – ALF/AEROPORTO DE SALVADOR.....	122
QUADRO 80: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	124
QUADRO 81: DETALHES SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	127
QUADRO 82: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	130
QUADRO 83: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	130
QUADRO 84: BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	131
QUADRO 85: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	134
QUADRO 86: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	136
QUADRO 87: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO - SRRF05.....	138
QUADRO 88: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – DRF/ARACAJU.....	139
QUADRO 89: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	141
QUADRO 90: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	144

QUADRO 91: EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DA DBR PELOS SERVIDORES DA UJ.....	145
QUADRO 92: TAXAS UTILIZADAS PELA UJ PARA O CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS. .	148

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESTRUTURA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL.....	27
FIGURA 2: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	31
FIGURA 3: MACROPROCESSO: ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	32
FIGURA 4: MACROPROCESSO: FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS.....	33
FIGURA 5: MACROPROCESSO: ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA.....	35
FIGURA 6: MACROPROCESSO: SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	36
FIGURA 7: MACROPROCESSO: INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	37
FIGURA 8: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS DE APOIO.....	39
FIGURA 9: MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS.....	39
FIGURA 10: MACROPROCESSO: GESTÃO INSTITUCIONAL.....	40
FIGURA 11: MACROPROCESSO: CONTROLE INSTITUCIONAL.....	41
FIGURA 12: MACROPROCESSO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	42
FIGURA 13: MACROPROCESSO: GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	43
FIGURA 14: MACROPROCESSO: GESTÃO DE PESSOAS.....	44
FIGURA 15: MACROPROCESSO: GESTÃO DE MATERIAIS E LOGÍSTICA.....	45
FIGURA 16: MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: CICLO 2012-2015.....	49
FIGURA 17: PAINEL DE DESEMPENHO DA RFB - CICLO DE GESTÃO 2012-2015.....	54
FIGURA 18: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: BANNERS DO MAPA ESTRATÉGICO E DA CADEIA DE VALOR DA RFB.....	59
FIGURA 19: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: CALENDÁRIO E CARTAZES DO MAPA ESTRATÉGICO E DA CADEIA DE VALOR DA RFB.....	59
FIGURA 20: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: NOTA EM BOLETIM ELETRÔNICO INTERNO DA RFB.....	60

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado por itens de acordo com o Anexo II da DN TCU nº 119/2012 e Quadros da Portaria TCU nº 150/2012.

Os seguintes itens do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 **não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme item b do Quadro A1 (página 59) da referida DN:**

- *3.3 - Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal;*
- *5.6 - Informações sobre a gestão de precatórios;*
- *11.3 - Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;*
- *11.4 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;*
- *11.5 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); e*
- *11.6 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.*

Os seguintes itens do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 **são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e devem constar no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central:**

- *3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade;*
- *3.4 - Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade;*
- *3.5 - Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU;*
- *4.1 - Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada;*
- *4.3 - Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira (em relação ao conteúdo deste item, constam neste Relatório de Gestão apenas , os seguintes quadros definidos pela Portaria TCU nº 150/2012: Quadro A 4.14 - Despesas*

por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação e Quadro A 4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação);

- **5.5** - *Informações sobre Renúncia Tributária;*
- **8.1** - *Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ; e*
- **29 da Parte B do anexo II da DN TCU nº 119/2012** - *Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.*

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **5.1** - *Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos*, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque durante o exercício de 2012 não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **5.3** – *Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência* - a Unidade Jurisdicionada não prestou informações em relação aos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes (modelo definido pela Portaria TCU nº 150/2012 em seu Quadro A.5.5) porque não houve registro de nenhum desses instrumentos para 2013 e anos seguintes.

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **5.4** – *Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, constas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal*, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações em relação às despesas realizadas por meio de suprimento de fundos – conta tipo "B" (modelo definido pela Portaria TCU nº 150/2012 em seu Quadro A.5.9) porque não foi utilizada esta forma de concessão.

Em relação ao Item 6 - *Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados*, do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, a Unidade Jurisdicionada presta as seguintes informações:

- **Item 6.1.4** – *Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas (Portaria TCU nº 150/2012)*

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento, por parte da UJ, dos Quadros da Portaria TCU nº 150/2012, A.6.7 - *Composição do Quadro de Servidores Inativos* e A.6.8 - *Composição do Quadro de Instituidores de Pensão*.

- **Item 6.1.5** - *Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)*

Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapacad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

- **Item 6.1.6** - *Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)*

Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, desconhece-se atualmente casos de acumulação indevida.

- **Item 6.1.7** – *Informações sobre os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação (Portaria TCU nº 150/2012)*

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por Região Fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, A.6.9 - *Atos Sujeitos ao Registro do TCU* e A.6.10 - *Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU*, somente constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.

Não existe consulta no Sisac para apurar a tempestividade do registro em relação ao seu prazo legal, conforme solicitado no Quadro, da Portaria TCU nº 150/2012, A.6.11 - *Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac* e por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, A.6.12 - *Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU* e A.6.13 - *Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro*.

- **Item 6.2.1** - *Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão*, **Item 6.2.2** - *Informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público*, e **Item 6.3.3** – *Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados (Portaria TCU nº 150/2012)*

Segundo instruções do TCU, a RFB não deve preencher os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, A 6.14 - *Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada*, A 6.15 - *Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrente de Concurso Público* e A 6.16 - *Autorizações para Realização de Concursos*

Públicos, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria da RFB.

Na Prestação de Contas do Exercício de 2011, em razão de uma interpretação equivocada, foram apresentados números relativos à substituição de terceirizados que não executavam atividades típicas da carreira de auditoria da RFB, mas sim atividades de secretariado, apoio administrativo, auxiliar de escritório e recepcionista.

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, **12.1** – *Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício*, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações, tendo o entendimento de que os demais itens do Relatório de Gestão em seu conjunto já fornecem uma visão abrangente da gestão da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**ITEM 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES
COMPÕEM O RELATÓRIO**

(Item 1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

(Item 1.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal – SRRF05				
Denominação abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal				
Código SIORG: 003156		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170078
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.460/0090-17	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:		(071) 3146-1010	(071) 3416-1002	(071) 3416-1003
Endereço Eletrônico: gabin.srrf05.ba@receita.fazenda.gov.br				
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Rua Alceu Amoroso Lima, 862, Caminho das Árvores, CEP: 41820-770, Salvador/BA				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM ARACAJU	00.394.460/0092-89	170072	Ativa	003312
DELEGACIA DA RFB EM SALVADOR	00.394.460/0091-06	170079	Ativa	003309
DELEGACIA DA RFB EM FEIRA DE SANTANA	00.394.460/0093-60	170080	Ativa	003310
DELEGACIA DA RFB EM VITÓRIA DA CONQUISTA	00.394.460/0094-40	170081	Ativa	003311
ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SALVADOR	00.394.460/0210-68	170226	Ativa	003842
DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI	00.394.460/0467-29	170326	Ativa	012530
DELEGACIA DA RFB EM ITABUNA	00.394.460/0464-86	170327	Ativa	012620
ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE SALVADOR	00.394.460/0466-48	170382	Ativa	021095
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011; Decreto nº 7.696, de 6 de março de 2012, publicado no D.O.U em 07 de março de 2012; Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010; Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. em 17 de maio de 2012.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Carta de Serviços ao Cidadão				
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)				
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio				
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador				

Manual de Despacho de Importação	
Manual de Despacho de Exportação	
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional	
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2012	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170072	DELEGACIA DA RFB EM ARACAJU
170079	DELEGACIA DA RFB EM SALVADOR
170080	DELEGACIA DA RFB EM FEIRA DE SANTANA
170081	DELEGACIA DA RFB EM VITÓRIA DA CONQUISTA
170226	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SALVADOR
170326	DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI
170327	DELEGACIA DA RFB EM ITABUNA
170382	ALFÂNDEGA DA RFB AEROP. INTERNAC. DE SALVADOR
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170072	00001
170079	00001
170080	00001
170081	00001
170226	00001
170326	00001
170327	00001
170382	00001

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

(Item 1.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil, são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar , coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores , observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações

conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas unidades centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira. A estrutura funcional das unidades será vista em maior detalhe no item **1.3 – Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada**.

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

O artigo 209 do Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012) estabelece que às Superintendências compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito das suas respectivas jurisdições, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

QUADRO 2: JURISDIÇÃO DAS REGIÕES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SEDE
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Fonte: Regimento Interno da RFB

Compõem ainda as Regiões Fiscais, as unidades indicadas a seguir, que exercem localmente as atividades necessárias ao cumprimento da finalidade institucional, sob a supervisão das Superintendências Regionais a que estão subordinadas, no âmbito das correspondentes jurisdições:

**DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF,
ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e
INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial**

As competências dessas unidades são definidas pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012), que estabelece em seu artigo 224:

"Art. 224. Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF de Classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, modernização, e, especificamente:

I - informar sobre interpretação e aplicação da legislação tributária e aduaneira;

II - executar as atividades de recepção, verificação, registro e preparo de declarações para processamento, nas hipóteses previstas na legislação tributária;

III - proceder aos ajustes necessários nos cadastros da RFB;

IV - proceder à inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

V - executar as ações de fiscalização tributária e de direitos comerciais incidentes sobre o comércio exterior, diligências e perícias fiscais;

VI - processar lançamentos de ofício, imposição de multas, pena de perdimento de mercadorias e valores e outras penas aplicáveis às infrações à legislação tributária e aduaneira, e as correspondentes representações fiscais;

VII - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal, e fiscalizar sua utilização;

VIII - realizar o arrolamento de bens e a propositura de medida cautelar fiscal;

IX - desenvolver as atividades relativas à cobrança, recolhimento de créditos tributários e direitos comerciais, parcelamento de débitos, retificação e correção de documentos de arrecadação;

X - executar as atividades relacionadas à restituição, compensação, reembolso, ressarcimento, redução e reconhecimento de imunidade e isenção tributária, inclusive as relativas a outras entidades e fundos;

XI - controlar os valores relativos à constituição, suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários;

XII - executar os procedimentos para retenção de valores do FPM e do FPE para quitação de contribuições sociais previdenciárias;

XIII - habilitar e desabilitar intervenientes para operar os sistemas relacionados ao controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro;

XIV - proceder ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado de contribuintes, analisar os dados da arrecadação e participar da elaboração de sua previsão na região fiscal;

XV - credenciar e descredenciar representantes de pessoas físicas e jurídicas para o despacho aduaneiro;

XVI - proceder ao controle aduaneiro sobre locais e recintos aduaneiros e executar ações de vigilância aduaneira;

XVII - controlar operações de movimentação de carga, veículos, unidades de carga, bagagens e operações de trânsito aduaneiro, e proceder à conferência final de manifesto;

XVIII - proceder ao despacho aduaneiro de mercadorias e outros bens;

XIX - processar requerimentos de concessão de regimes aduaneiros especiais;

XX - processar requerimentos de habilitação para regimes aduaneiros especiais, despachos expressos e simplificados;

XXI - executar, sob coordenação da Direp da SRRF, ações de repressão ao contrabando e descaminho;

XXII - proceder à retificação de declarações aduaneiras, à revisão de ofício de lançamentos e de declarações apresentadas pelo sujeito passivo, e ao cancelamento ou reativação de declarações a pedido do sujeito passivo;

XXIII - processar a aplicação de penalidades administrativas relativas ao despachante aduaneiro, transportador, depositário e operadores de carga, no âmbito do controle aduaneiro;

XXIV - processar a autorização e o alfandegamento de locais e recintos aduaneiros, e a demarcação de zonas primárias;

XXV - apreciar matéria relativa a parcelamentos;

XXVI - realizar diligências e perícias fiscais, inclusive as de instrução processual;

XXVII - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e

XXVIII - promover a educação fiscal."

O artigo 224 do Regimento Interno da RFB ainda estabelece em seus parágrafos algumas competências específicas atribuídas a determinadas Delegacias, Alfândegas e Inspetorias de Classe Especial, conforme suas características particulares.

INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classes "A" e "B"

As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF - de Classes "A" e "B" se subordinam a uma Delegacia (DRF), Alfândega (ALF) ou Inspetoria (IRF) de Classe Especial.

As suas competências são equivalentes à da unidade a que estão subordinadas, exceto no que se refere à execução orçamentária, financeira e patrimonial (que não lhes cabe), conforme definido pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012), em seu artigo 225.

AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF – se subordinam às Delegacias (DRF), e têm a competência de executar as atividades de atendimento ao contribuinte, conforme definido pelo Regimento Interno da RFB (Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012), em seu artigo 231, que ainda lhes estabelece as seguintes competências específicas.

- I - prestar informações ao contribuinte, excetuando-se as que envolverem interpretação de legislação;
- II - recepcionar declarações, requerimentos, manifestações de inconformidade, impugnações e recursos voluntários e formalizar processos administrativos;
- III - fornecer cópias de declarações, processos e outros documentos na sua área de competência;
- IV - expedir e cancelar certidões relativas à situação fiscal e cadastral do contribuinte;
- V - realizar ajustes nos sistemas de cadastro, controle de créditos tributários e pagamentos;
- VI - examinar e executar as atividades relacionadas com os pedidos de regularização de obras de construção civil que não implique em verificação de escrituração contábil;
- VII - executar os procedimentos de retificação e correção de documentos de arrecadação, excetuando-se os de valor total e data de arrecadação;
- VIII - examinar pedidos de parcelamento de débitos;
- IX - examinar pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição;
- X - preparar e controlar os processos administrativos fiscais, excetuando-se os que envolverem ações judiciais;
- XI - prestar ao Juízo solicitante, ao Ministério Público e aos demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente; e
- XII - promover a educação fiscal.

Completam ainda o quadro das unidades descentralizadas: Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat), Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis), Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf) e Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac). Entretanto, as competências inerentes a essas unidades não serão descritas neste documento, uma vez que a gestão da 5ª Região Fiscal (objeto do presente relatório) não abrange nenhuma delas.

QUADRO 3: UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – QUANTITATIVO

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	15
Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	55
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	571

Fonte: Regimento Interno da RFB

QUADRO 4: UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA 5ª REGIÃO FISCAL - QUANTITATIVO

TIPOLOGIA	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	1
Delegacias da Receita Federal (DRF)	6
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	3
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	2
Agências da Receita Federal (ARF)	33
TOTAL	45

Fonte: Regimento Interno da RFB

A estrutura funcional das unidades da 5ª Região Fiscal será vista em maior detalhe no item **1.3 – Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada**.

O exercício das competências definidas para cada unidade tem como último e maior propósito o cumprimento da finalidade institucional do órgão, que pode ser sintetizada na declaração de Missão da Secretaria da Receita Federal do Brasil: **“Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”**

Nos próximos itens deste Relatório de Gestão, será demonstrado como a RFB, e em especial a 5ª Região Fiscal, busca o cumprimento da Missão institucional, tendo como Visão de Futuro **“Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”**, e orientada nas ações de seus servidores pelos seguintes Valores: **“respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência”**.

1.3 Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

(Item 1.3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Como já mencionado no item anterior, compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais e as Unidades Descentralizadas.

As Unidades Centrais compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, conforme detalhamento a seguir:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

b) Unidades de Atividades Específicas:

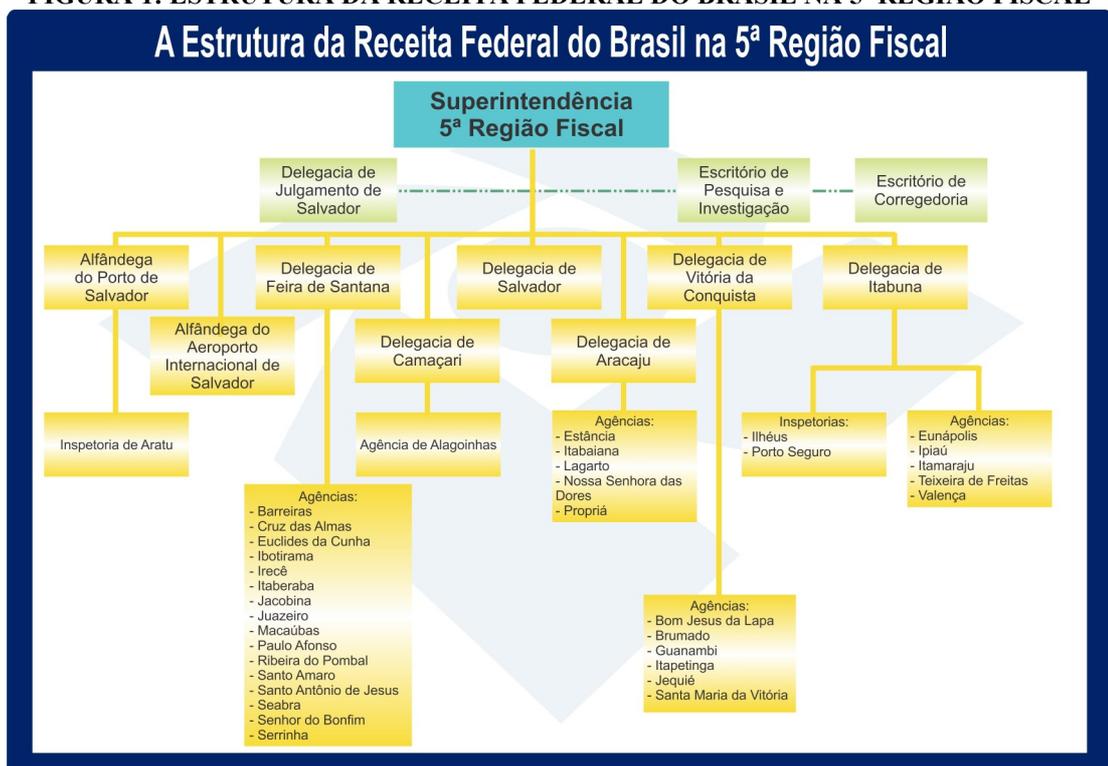
- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;

- Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
- Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep

Cada uma das unidades funcionais acima identificadas possui competências específicas previstas em Regimento Interno, as quais não serão detalhadas neste documento, tendo em vista que a gestão das unidades centrais não é objeto do presente relatório.

Já as unidades descentralizadas, cujas competências gerais foram apresentadas no item anterior, estão organizadas da seguinte forma na 5ª Região Fiscal:

FIGURA 1: ESTRUTURA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL



Cada uma das unidades da 5ª Região Fiscal pode apresentar uma subdivisão funcional própria, conforme definição do Regimento Interno da RFB, o qual também atribui competências específicas a essas subdivisões, visando ao melhor gerenciamento e organização das atividades.

A Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal apresenta a seguinte subdivisão funcional:

QUADRO 5: DIVISÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB DA 5ª REGIÃO FISCAL

SUBUNIDADE	RESUMO DAS ATIVIDADES*
Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac)	Gerencia as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, acompanhando e orientando a execução, pelas unidades jurisdicionadas, dos procedimentos de restituição, compensação, ressarcimento, parcelamentos e ações judiciais, entre outros.
Divisão de Fiscalização (Difis)	Coordena e gerencia as atividades de programação e fiscalização dos tributos internos, de revisão de declarações (malha fiscal), e de utilização de instrumentos especiais de controle de produção (ex.: selos de IPI).
Divisão de Administração Aduaneira (Diana)	Gerencia as atividades relacionadas ao controle aduaneiro, como a programação e a fiscalização de tributos incidentes nas operações de comércio exterior, e a habilitação de importadores e exportadores, além de assessorar o Gabinete da Superintendência em questões aduaneiras.
Divisão de Tributação (Disit)	Orienta as unidades jurisdicionadas sobre a interpretação da legislação tributária, além de assessorar diretamente o Gabinete da Superintendência, prestando informações em mandados de segurança, e emitindo pareceres em recursos administrativos e consultas.
Divisão de Interação com o Cidadão (Divic)	Gerencia as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, e as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, além de planejar, controlar e avaliar ações relacionadas aos cadastros do órgão.
Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac)	Gerencia as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam, além de elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.
Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho (Direp)	Planeja e executa ações de combate ao contrabando e ao descaminho, contribuindo também para coibir a falsificação, a pirataria, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e o porte ou transporte não autorizado de moeda.
Divisão de Programação e Logística (Dipol)	Executa as atividades de programação e execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, contabilidade, supervisão e execução de projetos de engenharia. Também é responsável pela gestão de documentos, de recursos materiais e patrimoniais, e de mercadorias apreendidas.
Divisão de Tecnologia da Informação (Ditec)	Supervisiona e executa o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários, além de gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas, e a aplicação de políticas, normas e procedimentos para administração do ambiente informatizado.
Divisão de Gestão de Pessoas (Digep)	Executa atividades de elaboração de folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações e outros direitos dos servidores, além de promover ações de capacitação, valorização e integração do quadro funcional.

Fonte: Regimento Interno da RFB

* A descrição das atividades apresentada neste quadro é resumida. O Regimento Interno da RFB estabelece de forma mais detalhada as competências relacionadas a cada uma das divisões da SRRF05.

As demais unidades jurisdicionadas consolidadas neste Relatório de Gestão apresentam subdivisão funcional detalhada no quadro a seguir:

QUADRO 6: ESTRUTURA FUNCIONAL DAS UNIDADES GESTORAS DA 5ª REGIÃO FISCAL	
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE SALVADOR (ALF/SDR)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Despacho Aduaneiro (Sadad) Seção de Vigilância e Controle Aduaneiro (Savig) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Seção de Programação e Logística (Sapol)	Inspetoria da RFB de Aratu-Candeias (IRF/ARU)
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR (ALF/SSA)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Administração Aduaneira (Saana) Setor de Arrecadação e Cobrança (Sorac) Setor de Tecnologia da Informação e Logística (Satel)	Não possui.
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR (DRF/SDR)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) Serviço de Fiscalização (Sefis) Serviço de Programação e Logística (Sepol) Serviço de Tecnologia da Informação (Setec) Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Não possui.
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (DRF/FSA)	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário (Secat) Serviço de Fiscalização (Sefis) Serviço de Programação e Logística (Sepol) Serviço de Tecnologia da Informação (Setec) Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal (Sapac) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Agência da RFB em Barreiras (ARF/BRR) Agência da RFB em Cruz das Almas (ARF/CAL) Agência da RFB em Euclides da Cunha (ARF/ECA) Agência da RFB em Ibotirama (ARF/IBO) Agência da RFB em Irecê (ARF/IRE) Agência da RFB em Itaberaba (ARF/ITB) Agência da RFB em Jacobina (ARF/JBA) Agência da RFB em Juazeiro (ARF/JUA) Agência da RFB em Macaúbas (ARF/MUS) Agência da RFB em Paulo Afonso (ARF/PAO) Agência da RFB em Ribeira do Pombal (ARF/RPL) Agência da RFB em Santo Amaro (ARF/SAR) Agência da RFB em Santo Antônio de Jesus (ARF/SAJ) Agência da RFB em Seabra Agência da RFB em Senhor do Bonfim Agência da RFB em Serrinha
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Tecnologia da Informação e Logística (Satel) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) Núcleo de Administração Aduaneira (Nuana)	Agência da RFB em Bom Jesus da Lapa (ARF/BJL) Agência da RFB em Brumado (ARF/BMO) Agência da RFB em Guanambi (ARF/GBI) Agência da RFB em Itapetinga (ARF/ITP) Agência da RFB em Jequié (ARF/JEQ)
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Programação e Logística (Sapol) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Agência da RFB em Alagoinhas (ARF/ALA)

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Arrecadação e Cobrança (Sarac) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Tecnologia da Informação e Logística (Satel) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)	Inspetoria da RFB em Ilhéus (IRF/ILH) Inspetoria da RFB em Porto Seguro (IRF/PSO) Agência da RFB em Eunápolis (ARF/EUN) Agência da RFB em Ipiáú (ARF/IPI) Agência da RFB em Itamaraju (ARF/ITM) Agência da RFB em Teixeira de Freitas (ARF/TFS) Agência da RFB em Valença (ARF/VAL)
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU	
Divisões Funcionais da Unidade-Sede	Unidades Subordinadas
Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort) Seção de Controle e Acompanhamento Tributário (Sacat) Seção de Fiscalização (Safis) Seção de Programação e Logística (Sapol) Seção de Tecnologia da Informação (Satec) Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) Núcleo de Administração Aduaneira (Nuana)	Agência da RFB em Estância (ARF/EST) Agência da RFB em Itabaiana (ARF/IBN) Agência da RFB em Lagarto (ARF/LGO) Agência da RFB em Nossa Senhora das Dores (ARF/NSD) Agência da RFB em Propriá (ARF/PRO)

Fonte: Regimento Interno da RFB

Observação: O Regimento Interno da RFB estabelece de forma mais detalhada as competências relacionadas a cada uma das divisões funcionais que compõem as unidades jurisdicionadas.

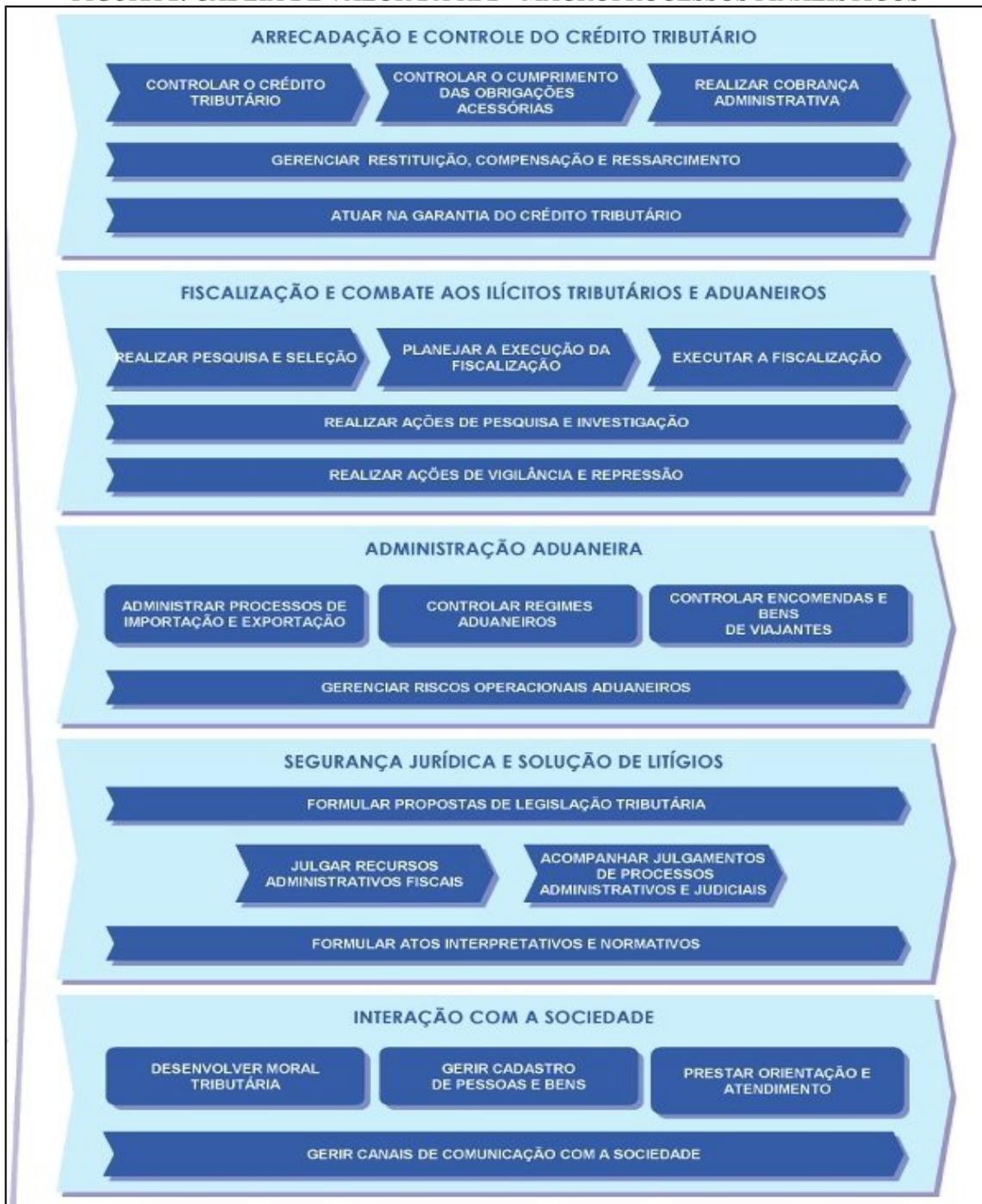
1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

(Item 1.4 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Os macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada estão explicitados na **Cadeia de Valor da RFB**, instrumento consolidado pela alta administração do órgão como referência para a formulação da estratégia para o ciclo de gestão 2012-2015, que será detalhada no **Item 2 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**.

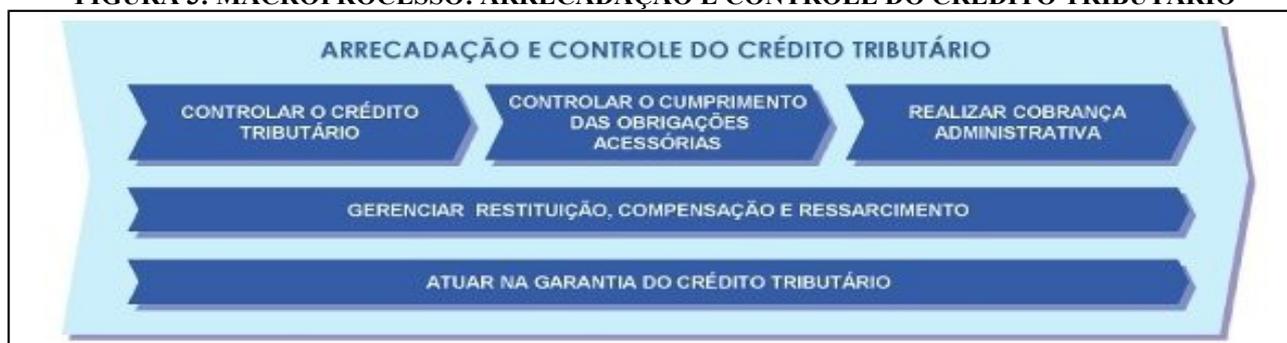
A figura a seguir apresenta a fração da Cadeia de Valor da RFB que reúne os macroprocessos finalísticos do órgão:

FIGURA 2: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



1.4.1 Macroprocesso: Arrecadação e Controle do Crédito Tributário

FIGURA 3: MACROPROCESSO: ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



a) Controlar o crédito tributário:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

c) Realizar cobrança administrativa:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;

- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

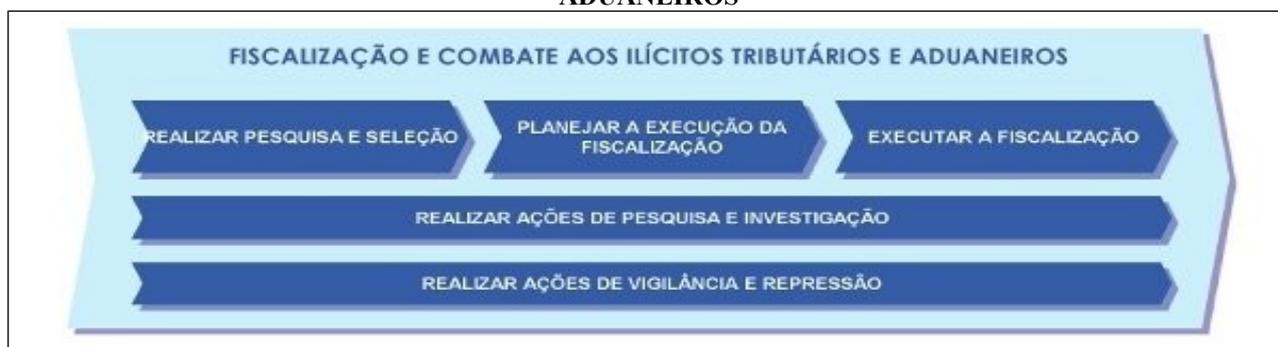
e) Atuar na garantia do crédito tributário:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

1.4.2 Macroprocesso: Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros

FIGURA 4: MACROPROCESSO: FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS



a) Realizar pesquisa e seleção:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

b) Planejar a execução da fiscalização:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;

- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

c) Executar a fiscalização:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

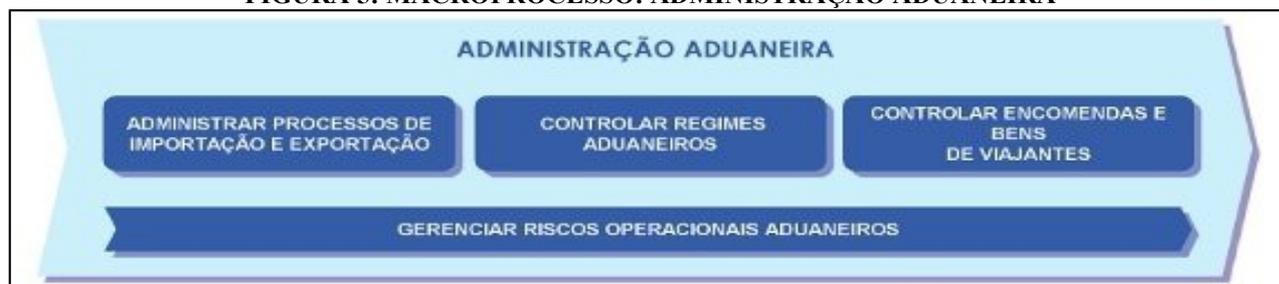
e) Realizar ações de vigilância e repressão:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

1.4.3 Macroprocesso: Administração Aduaneira

FIGURA 5: MACROPROCESSO: ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA



a) Administrar processos de importação e exportação:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

b) Controlar regimes aduaneiros:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

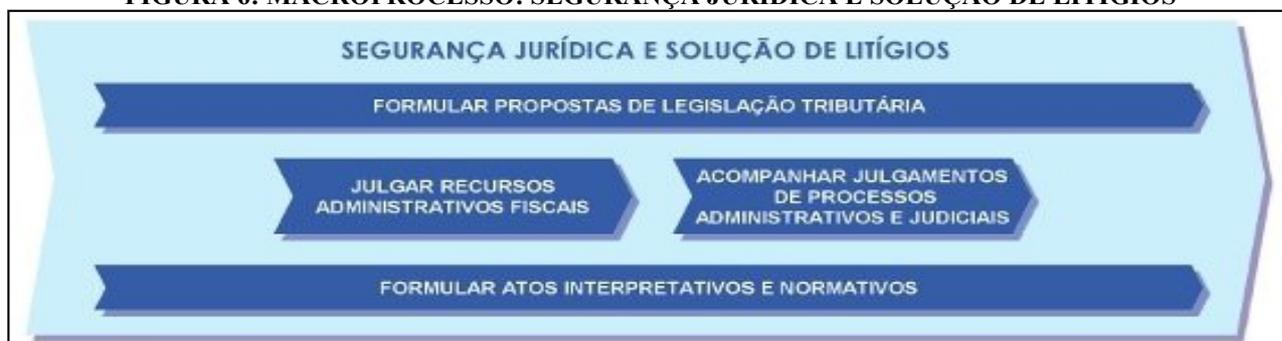
d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

1.4.4 Macroprocesso: Segurança Jurídica e Solução de Litígios

FIGURA 6: MACROPROCESSO: SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS



a) Formular propostas de legislação tributária:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

b) Julgar recursos administrativos fiscais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

d) Formular atos interpretativos e normativos:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

1.4.5 Macroprocesso: Interação com a Sociedade

FIGURA 7: MACROPROCESSO: INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE



a) Desenvolver moral tributária:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

c) Prestar orientação e atendimento:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e
- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

As principais ações realizadas e resultados obtidos na condução dos processos finalísticos de trabalho pela Unidade Jurisdicionada serão vistos em detalhe no item 2 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações.

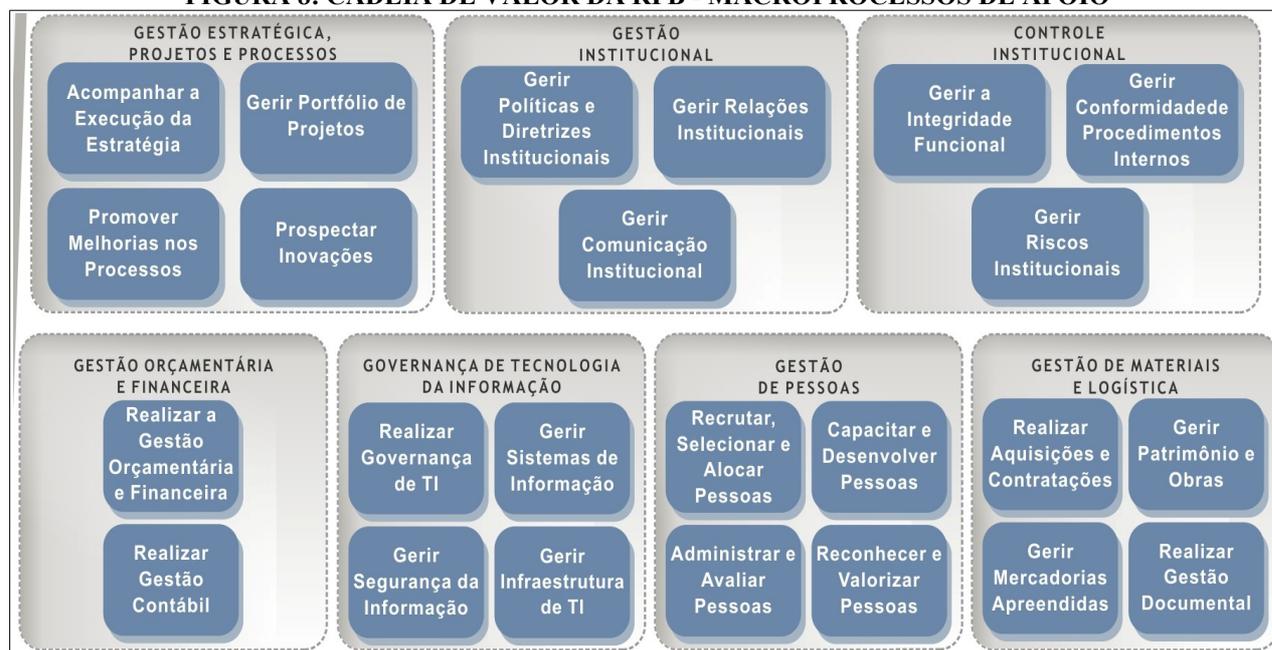
1.5 Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada

(Item 1.5 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Os macroprocessos de apoio da Unidade Jurisdicionada estão explicitados na **Cadeia de Valor da RFB**, instrumento consolidado pela alta administração do órgão como referência para a formulação da estratégia para o ciclo de gestão 2012-2015, que será detalhada no **Item 2 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações**.

A figura a seguir apresenta a fração da Cadeia de Valor da RFB que reúne os macroprocessos de apoio do órgão:

FIGURA 8: CADEIA DE VALOR DA RFB - MACROPROCESSOS DE APOIO



1.5.1 Macroprocesso: Gestão Estratégica, Projetos e Processos

FIGURA 9: MACROPROCESSO: GESTÃO ESTRATÉGICA, PROJETOS E PROCESSOS



a) Acompanhar a execução da estratégia:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

b) Gerir portfólio de projetos:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

c) Promover melhorias nos processos:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

d) Prospectar inovações:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

1.5.2 Macroprocesso: Gestão Institucional

FIGURA 10: MACROPROCESSO: GESTÃO INSTITUCIONAL



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir relações institucionais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

c) Gerir comunicação institucional:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

1.5.3 Macroprocesso: Controle Institucional

FIGURA 11: MACROPROCESSO: CONTROLE INSTITUCIONAL



a) Gerir a integridade funcional:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;

- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos, e

c) Gerir riscos institucionais:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

1.5.4 Macroprocesso: Gestão Orçamentária e Financeira

**FIGURA 12: MACROPROCESSO:
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA**



a) Realizar a gestão orçamentária e financeira:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

b) Realizar gestão contábil:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Prestação de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

1.5.5 Macroprocesso: Governança de Tecnologia da Informação

**FIGURA 13: MACROPROCESSO:
GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**



a) Realizar governança de TI:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

b) Gerir sistemas de informação:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

c) Gerir segurança da informação:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

d) Gerir infraestrutura de TI:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

1.5.6 Macroprocesso: Gestão de Pessoas

**FIGURA 14: MACROPROCESSO:
GESTÃO DE PESSOAS**



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

b) Capacitar e desenvolver pessoas:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

c) Administrar e avaliar pessoas:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

d) Reconhecer e valorizar pessoas:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e
- Gerir Competências.

1.5.7 Macroprocesso: Gestão de Materiais e Logística

**FIGURA 15: MACROPROCESSO:
GESTÃO DE MATERIAIS E
LOGÍSTICA**



a) Realizar aquisições e contratações:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

b) Gerir patrimônio e obras:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

c) Gerir mercadorias apreendidas:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

d) Realizar gestão documental:

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

As principais ações realizadas e resultados obtidos na condução dos processos finalísticos de trabalho pela Unidade Jurisdicionada serão vistos em detalhe no item 2 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações.

1.6 Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Processos Finalísticos da Unidade

(Item 1.6 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

No âmbito da 5ª Região Fiscal, os principais parceiros da RFB relacionados aos processos finalísticos da Unidade Jurisdicionada são os seguintes:

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio das suas Procuradorias Regionais e Seccionais nos estados da Bahia e de Sergipe;
- INSS, por meio de suas Gerências Executivas na Bahia e em Sergipe;
- Escola de Administração Fazendária (ESAF), por meio de seu Centro Regional de Treinamento na Bahia (CENTRESAF/BA)
- Departamento de Polícia Federal, por meio das suas Superintendências na Bahia e em Sergipe e Delegacias jurisdicionadas;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por meio de suas Superintendências Regionais na Bahia e em Sergipe;
- Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), por meio de suas unidades nos estados da Bahia e de Sergipe;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), por meio de sua Superintendência Regional Centro-Leste;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em especial o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
- Ministério Público Federal, por meio de suas Procuradorias na Bahia e em Sergipe;
- Ministérios Públicos Estaduais da Bahia e de Sergipe;
- Secretarias de Fazenda dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- Juntas Comerciais dos Estados da Bahia e de Sergipe;
- SEBRAE, por meio de suas unidades operacionais na Bahia e em Sergipe;
- Secretarias de Fazenda dos Municípios, em especial das capitais Salvador e Aracaju

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

ITEM 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES
(Item 2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

2.1 Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

(Item 2.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da instituição no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir). Nele, a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

FIGURA 16: MAPA ESTRATÉGICO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL: CICLO 2012-2015



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.

2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.

3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.

4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.

5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.

7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.

8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.

9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14) Conhecer o perfil integral do contribuinte - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

15) Fortalecer as relações institucionais - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

16) Fortalecer a comunicação institucional - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu

papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

O Mapa Estratégico da RFB e os objetivos que o compõem, juntamente com a Cadeia de Valor da RFB (vide itens 1.4 e 1.5), são o principal referencial a ser observado pelos gestores de todas as unidades da organização na definição de suas estratégias e planos de ação. Os próximos itens deste Relatório de Gestão (2.2 a 2.4) irão demonstrar de que forma este planejamento estratégico se materializou na atuação do órgão, particularmente no contexto da 5ª Região Fiscal, que é o foco deste documento.

2.2 Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

(Item 2.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Com a finalidade de evidenciar os principais focos das estratégias a serem adotadas para o alcance dos seus objetivos institucionais, a RFB inovou na formulação do Mapa Estratégico do ciclo de gestão 2012-2015, em relação ao ciclo de planejamento anterior, ao destacar prioritariamente 8 (oito) entre os seus 21 objetivos estratégicos, denominando-os como “objetivos-batalha”. Tais objetivos, identificados visualmente no Mapa Estratégico com um contorno em verde, foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração.

Os “objetivos-batalha” estão distribuídos no Mapa Estratégico da RFB conforme quadro a seguir:

QUADRO 7: “OBJETIVOS-BATALHA” DA RFB PARA O CICLO DE GESTÃO 2012-2015

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	OBJETIVO ESTRATÉGICO
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial.
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras.
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal.
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros.
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros.
Pessoas e Recursos	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais.
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação.

Fonte: Mapa Estratégico da RFB

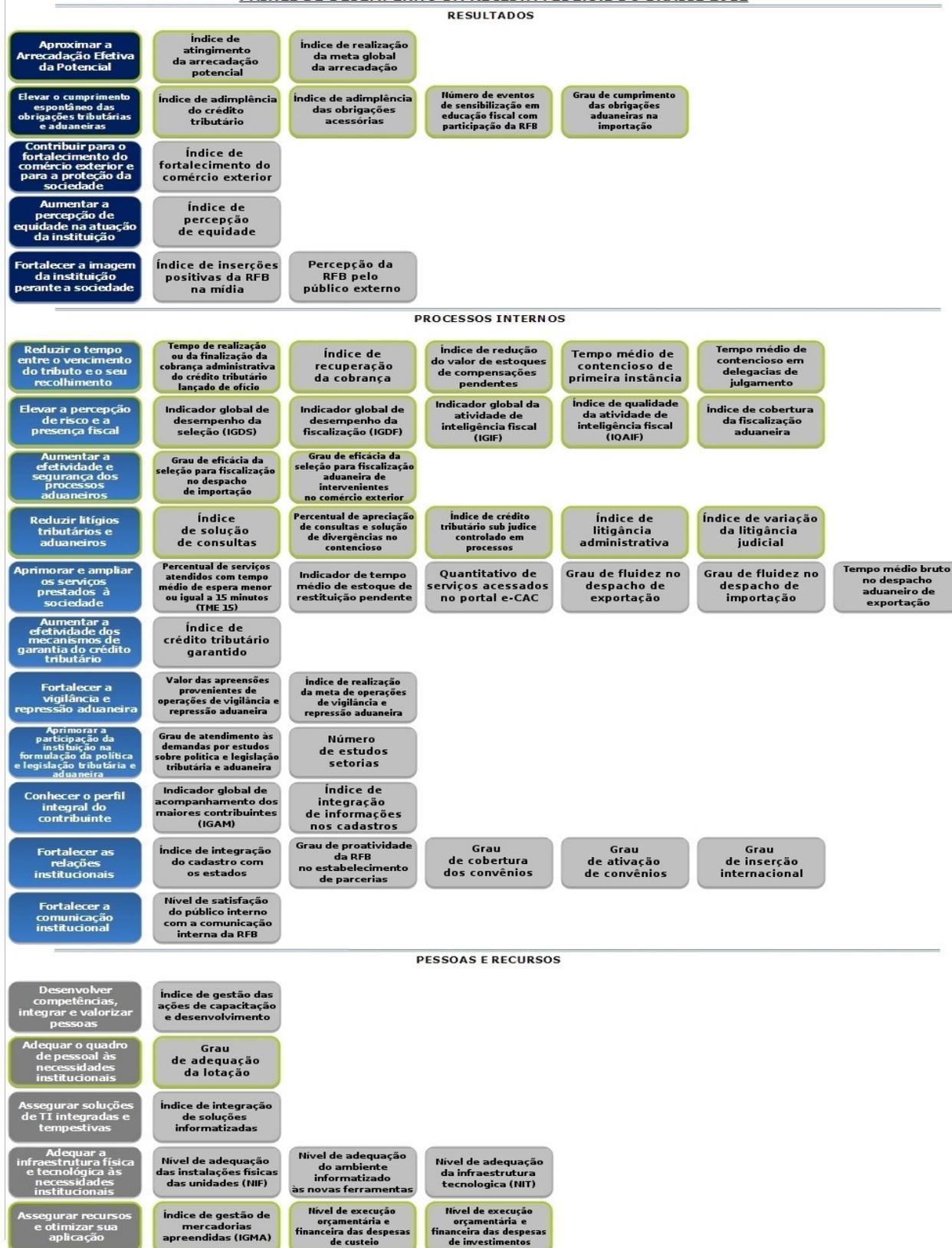
No processo de formulação do Mapa Estratégico, depois de estabelecidos a Missão, a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos, foram definidos indicadores e metas que pudessem servir de referência para avaliação do grau de atingimento dos Objetivos Estratégicos do consequente avanço na implementação de sua estratégia.

Outra estratégia considerada importante no contexto da gestão estratégica do órgão foi a consolidação dos indicadores e metas estratégicos em um Painel de Desempenho.

Assim como o Mapa Estratégico, o **Painel de Desempenho** (figura a seguir), é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB no ciclo de gestão 2012-2015.

FIGURA 17: PAINEL DE DESEMPENHO DA RFB - CICLO DE GESTÃO 2012-2015

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012



Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram (excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião) metas estabelecidas para o ano de 2012. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais (Superintendências, Delegacias, Alfândegas e Inspetorias) no alcance dos objetivos relacionados.

QUADRO 8: INDICADORES ESTRATÉGICOS DA RFB COM APURAÇÃO EM NÍVEL REGIONAL E/OU LOCAL NO ANO DE 2012

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR ESTRATÉGICO
Aproximar a arrecadação efetiva da potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário
	Índice de adimplência das obrigações acessórias
	Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB
	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)
	Indicador global da fiscalização (IGF)
	Índice de cobertura da fiscalização aduaneira
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação
	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas
	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processo
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)
	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
	Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC
	Grau de fluidez do despacho de importação
	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)
	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)
	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Fonte: Sage-RFB

É possível afirmar que grande parte das estratégias adotadas pela 5ª Região Fiscal para o cumprimento dos objetivos estratégicos está relacionada à busca pelo atingimento das metas vinculadas a cada um desses indicadores nacionais. Sendo assim, para uma avaliação objetiva dos resultados da 5ª RF no ano de 2012, é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a

cada objetivo estratégico. Observando-se o Painel de Desempenho da 5ª Região Fiscal, apresentado adiante no item 2.3 deste relatório, e o item 2.4, que apresenta a análise de cada um dos indicadores disponíveis, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos.

Outra estratégia adotada pela instituição para o atingimento dos seus objetivos estratégicos no ano de 2012 foi o estabelecimento de diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, indicam os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos, tendo em vista a amplitude dos mesmos.

QUADRO 9: DIRETRIZES DE GESTÃO DA RFB PARA O EXERCÍCIO 2012

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa
	Agilizar a solução de litígios

Fonte: Plano Estratégico da RFB

Por fim, não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação, a execução da estratégia na RFB também se apoia na execução de programas e projetos, denominados iniciativas estratégicas.

No âmbito nacional, as iniciativas estratégicas são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais da RFB, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da instituição. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**:

QUADRO 10: PROJETOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS DA RFB NO ANO DE 2012

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas
*Projeto Gestão de Recursos
*Ampliação da Segurança da Informação
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
*Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet
*Implementar o Sistema Atos
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)
*Implantação do Escritório de Processos da RFB
*SCC – Pagamento Automático
*SCC – Reintegra

*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais – Wikijur
*Implantar o Sistema Requerimentos
*Siscomex Carga
*Projeto SISAM
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO
*Programa GRANDE EVENTOS
*Programa Portal Siscomex
*SPED – EFD SOCIAL
*SPED – Integração
*SCC – Créditos Pis/Cofins
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos
*e-Processo
*SIC – Sistemas Integrados do MCT

Fonte: Plano Estratégico da RFB

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Como novidade deste processo de priorização para o ciclo de gestão 2012-2015, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor (vide itens 1.4 e 1.5).

No âmbito da 5ª Região Fiscal, tendo em vista a limitação dos recursos disponíveis, e buscando a otimização dos esforços para o tratamento dos aspectos considerados mais críticos pela gestão regional, a execução de iniciativas estratégicas concentrou-se no desenvolvimento de 3 (três) projetos regionais:

Projetos Estratégicos Regionais – 5ª Região Fiscal

- Projeto de Melhoria de Qualidade do Atendimento ;
- Projeto de Gestão Regional das Mercadorias Apreendidas;
- Construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador.

As descrições sintéticas desses projetos, bem como as principais informações sobre as suas execuções, constam no item **2.3 – Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício**.

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento Estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que buscou assegurar que TODOS tivessem acesso ao material do plano estratégico e que, também, tivessem a percepção de que o plano estratégico é importante para a casa e uma prioridade que será acompanhada pelos gestores da instituição.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;

- Calendário de mesa com Mapa Estratégico;
- Mensagem do Secretário; e
- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - Informe-se (1ª nota apresentada em 05/01/2012, conforme figura a seguir).

FIGURA 18: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: BANNERS DO MAPA ESTRATÉGICO E DA CADEIA DE VALOR DA RFB

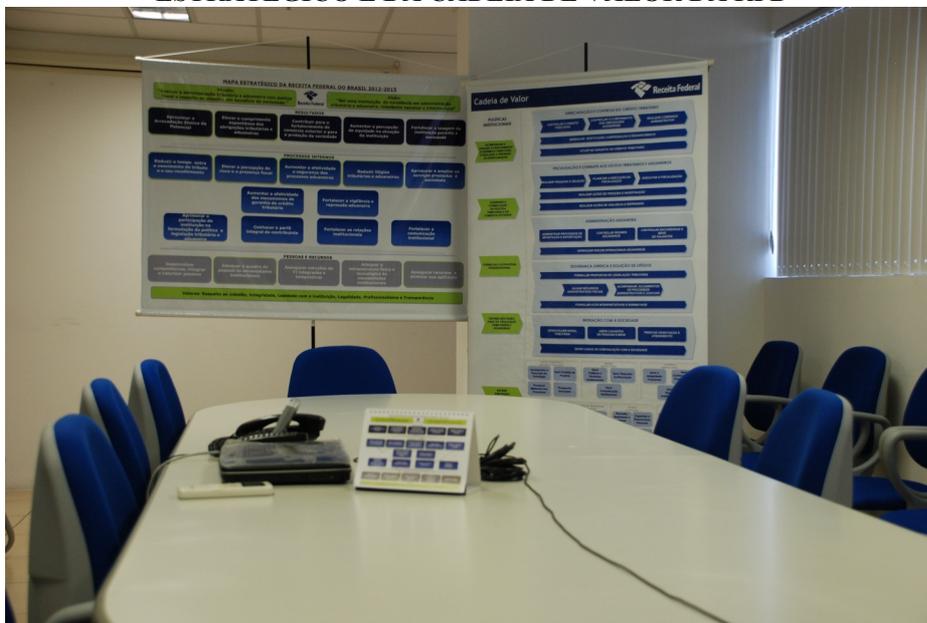


FIGURA 19: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: CALENDÁRIO E CARTAZES DO MAPA ESTRATÉGICO E DA CADEIA DE VALOR DA RFB



FIGURA 20: DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA: NOTA EM BOLETIM ELETRÔNICO INTERNO DA RFB

The image shows a screenshot of the 'Informe-se' website, an internal electronic bulletin of the RFB. The page features a header with the RFB logo, the title 'INFORME-SE Informativo Interno da Receita Federal do Brasil', and navigation links like 'Mapa do Site', 'Acessibilidade', and 'Contato'. A search bar is also present. Below the header, there are tabs for 'Página Inicial', 'Edições Anteriores', and 'Sobre o Informe-se'. The main content area displays the current issue 'Edição nº 101 - 5/1/2012' and a featured article titled 'Mapa Estratégico para 2012-2015 está pronto'. The article text states that the RFB has completed its strategy for 2012-2015, involving various administrative levels. A small thumbnail image of the strategy map is shown. To the right, a sidebar titled 'RFB na Imprensa' lists recent news items such as 'Valor Econômico - Ferramenta gera crédito de Cofins' and 'Folha de S. Paulo - Fraude na importação de jatos é barrada'.

Mapa do Site Acessibilidade Contato

INFORME-SE
Informativo Interno da Receita Federal do Brasil

Buscar no Site
 apenas nesta seção

Página Inicial Edições Anteriores Sobre o Informe-se

Você está aqui: [Página Inicial](#) → [Edições Anteriores](#) → Edição nº 101 - 5/1/2012

Enviar RSS

Edição nº 101 - 5/1/2012

Mapa Estratégico para 2012-2015 está pronto

A RFB concluiu a formulação de sua estratégia para o período de 2012 a 2015. Os principais administradores, secretário, secretária-adjunta, assessores, subsecretários, coordenadores-gerais e superintendentes participaram ativamente do processo.

[Leia mais...](#)

RFB na Imprensa

- Valor Econômico - Ferramenta gera crédito de Cofins
- Folha de S. Paulo - Fraude na importação de jatos é barrada
- Correio Braziliense - Guerra pelos R\$ 2,5 bilhões
- Brasil Econômico - Estados se preparam para acabar com a guerra fiscal

2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

(Item 2.3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

O acompanhamento dos resultados que a instituição obtém, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

Para uma avaliação mais aprofundada dos resultados da 5ª Região Fiscal no ano de 2012 em relação aos objetivos estratégicos, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão vinculados a cada objetivo.

Em síntese, o Painel de Desempenho da 5ª Região Fiscal para o ano de 2012 mostrou a seguinte situação:

- a) Total de Indicadores Estratégicos com apuração de desempenho em nível regional – 33;
- b) Indicadores Estratégicos não disponíveis – 4 (quatro):
 - Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício;
 - Índice de recuperação da cobrança;
 - Tempo médio de contencioso de primeira instância; e,
 - Grau de fluidez no despacho de exportação.
- c) Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (desempenho bastante próximo à meta, para cima ou para baixo) – 24:
 - Índice de realização da meta global de arrecadação;
 - Índice de adimplência do crédito tributário;
 - Índice de adimplência das obrigações acessórias;
 - Grau de cumprimentos das obrigações aduaneiras na importação;
 - Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes;
 - Indicador global de desempenho da seleção (IGDS);
 - Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF);
 - Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação;
 - Grau de eficácia da seleção para aduaneira de intervenientes no comércio exterior;
 - Índice de solução de consultas;
 - Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos;
 - Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15);
 - Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC;
 - Grau de fluidez no despacho de importação;
 - Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação;
 - Índice de crédito tributário garantido;
 - Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira;
 - Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM);
 - Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento;
 - Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF);
 - Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas;
 - Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT);
 - Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA); e,

- Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio.
- d) Indicadores Estratégicos com resultado abaixo do esperado – 1 (um):
 - Índice de cobertura da fiscalização aduaneira.
- e) Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado – 1 (um):
 - Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos.
- f) Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado – 3 (três):
 - Número de eventos de sensibilização em educação fiscal com participação da RFB;
 - Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente; e,
 - Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira.

De um modo geral, o sucesso da 5ª Região Fiscal em relação aos indicadores estratégicos decorre da atuação das unidades jurisdicionadas, conjugada com um processo de monitoramento e avaliação contínuo do desempenho da Região Fiscal, com a utilização de diversos mecanismos de acompanhamento:

Cada Divisão da Superintendência efetua regularmente o acompanhamento dos indicadores estratégicos sob sua responsabilidade, verificando o desempenho das Delegacias e Alfândegas em relação aos respectivos indicadores e, havendo necessidade, fazendo o contato com as mesmas para identificação de pontos críticos e discussão de linhas de correção, se for o caso. Os resultados obtidos pelas unidades jurisdicionadas em relação aos indicadores estratégicos são reportados formalmente pelas Divisões ao Superintendente a cada 3 (três) meses, em calendário que antecede as Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) Nacionais, que também são realizadas trimestralmente e contam com a participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências) nas Reuniões de Acompanhamento das Divisões, Entretanto, em muitos casos, as Divisões efetuem o relato de desempenho com maior frequência (geralmente mensal), visando ao monitoramento mais tempestivo de pontos críticos que ensejem a necessidade de adoção de medidas corretivas.

Outro mecanismo adotado pela 5ª RF em 2012, dando continuidade à prática já implantada desde 2010, foi a realização de Diálogos de Gestão duas vezes no ano (maio e outubro), evento em que o gestor de cada Delegacia e Alfândega compareceu à Superintendência para discutir junto ao Superintendente e aos Chefes de Divisões o tratamento de questões vinculadas à gestão regional/local que poderiam impactar o desempenho da Unidade/Região Fiscal em relação às estratégias definidas para o ano.

A SRRF05 promoveu ainda a realização de 3 (três) Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE) Regionais, com o propósito diversificado de capacitar gestores, nivelar conhecimentos sobre estratégias nacionais, e discutir temas de interesse da gestão regional/local como subsídio à tomada de decisões na 5ª Região Fiscal.

A análise detalhada da atuação da 5ª Região Fiscal frente aos indicadores estratégicos pode ser verificada neste relatório, em seu item **2.4 – Informações sobre os indicadores utilizados pela Unidade Jurisdicionada.**

Além da mobilização gerencial e operacional para o cumprimento dos indicadores estratégicos, que requer a dedicação de boa parte da capacidade funcional da 5ª Região Fiscal, a administração regional também buscou fomentar em seu plano de ação o desenvolvimento de projetos estratégicos, com potencial de alavancar significativamente o desempenho da Região Fiscal.

Tendo em vista a limitação dos recursos disponíveis, e buscando a otimização dos esforços para o tratamento dos aspectos considerados mais críticos pela gestão regional, a SRRF05 buscou focar a execução de iniciativas estratégicas regionais em 3 (três) projetos:

Projetos Estratégicos Regionais – 5ª Região Fiscal

- Projeto de Melhoria de Qualidade do Atendimento ;
- Projeto de Gestão Regional das Mercadorias Apreendidas;
- Construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador.

Os subitens a seguir apresentam informações sucintas sobre cada uma das iniciativas estratégicas selecionadas pela 5ª Região Fiscal para o ano de 2012. A execução dessas iniciativas deverá prosseguir no exercício de 2013, em razão da grande amplitude dos seus escopos.

1) INICIATIVA ESTRATÉGICA: Projeto de Melhoria do Atendimento ao Contribuinte.

Justificativa: No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV constatou que boa parte das críticas à imagem da instituição está relacionada ao atendimento presencial. A estratégia de intervenção proposta pela FGV contempla a melhoria tanto dos processos de atendimento quanto da qualificação dos servidores, voltada especialmente para o atendimento. De acordo com o relatório da pesquisa, “percebe-se uma importante sinergia entre as medidas para melhoria da Imagem e da Satisfação com o Atendimento e aquelas voltadas para a melhoria da Cultura e do Clima Organizacional, já que em ambos os casos as recomendações incluem investimento na qualificação dos servidores e melhorias na capacidade de gestão, que estão estreitamente correlacionadas a melhorias dos processos gerenciais”. Aos resultados da pesquisa somam-se outros tópicos observados ao longo do tempo pelos gestores e pela equipe de atendimento da região: fusão dos fiscos ainda incompleta; clivagem no quadro de pessoal; falta de integração entre as unidades; pouca integração entre o atendimento e as outras áreas funcionais; ausência de padronização da gestão do atendimento; existência de assimetrias entre as unidades locais; armadilha de curto prazo (dificuldade para pensar/planejar o atendimento diante da permanente crise no setor).

Escopo: Estabelecer e implantar um modelo regional de gestão do atendimento presencial, focado em resultados, comprometido com as pessoas e orientado para o cidadão. Principais entregas: a) estabelecer parâmetros para uma boa gestão do atendimento; b) Elaborar e executar programa de capacitação focado em desenvolvimento comportamental; c) Definir recomendações para adequação física das unidades de atendimento; d) Estruturar o atendimento aduaneiro.

Resultados esperados: - Aumento da satisfação do contribuinte quanto ao atendimento presencial prestado nas unidades da RF05; - Atendimento da RF05 pautado em boas práticas de gestão; - Equipe de atendimento capacitada, comprometida e motivada; - Imagem institucional fortalecida.

Observações: Não fazem parte do escopo desta iniciativa questões que ultrapassam a competência da Região Fiscal, mesmo quando relacionadas à gestão do atendimento, a exemplo de ajustes nos sistemas informatizados e de mudanças na legislação, a avaliação sobre a capilaridade da rede de atendimento da RF, as demandas técnico-operacionais relativas aos serviços prestados ao público e atendimento realizado transversalmente pelo demais setores das Delegacias e Alfândegas.

Condução da iniciativa em 2012: A despeito das limitações de recursos humanos e financeiros para a consecução das atividades programadas no projeto, houve progresso significativo em relação a todas as entregas previstas deste projeto iniciado em 2011:

- Parâmetros para uma boa gestão do atendimento: As atividades relativas a este produto foram concluídas. Aguarda-se para 2013 apenas a elaboração do texto de sua versão final.

- Programa de capacitação focado em desenvolvimento comportamental: O programa de capacitação foi iniciado com a realização de treinamento-piloto com servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil, com repercussão bastante positiva. A equipe do projeto trabalha a estratégia de expansão do treinamento comportamental para as demais unidades da 5ª RF a partir dos requisitos coletados no final de 2012.

c) Recomendações para adequação física das unidades de atendimento: Foi concluída a versão preliminar do manual de procedimentos sobre a adequação física das unidades de atendimento (dezembro de 2012).

O cronograma relativo às demais atividades vinculadas a este produto será revisto a partir da 2ª quinzena de março para compatibilizá-lo com outras demandas que estão sob a responsabilidade da área de engenharia da Divisão de Programação e Logística (Dipol) da 5ª RF.

d) Estruturação do atendimento aduaneiro: Foram iniciados os trabalhos de mapeamento e alinhamento do fluxo dos processos, visando à definição de que atividades são passíveis de serem transferidas para a área de atendimento ao público; definição do leiaute para as unidades de atendimento; e identificação das necessidades de treinamento.

INICIATIVA ESTRATÉGICA: Projeto de Gestão Regional das Mercadorias Apreendidas

Justificativa: As unidades da 5ª Região Fiscal não estão suficientemente preparadas para a administração de mercadorias apreendidas. As unidades (à exceção da Alfândega do Porto de Salvador) em geral realizam a administração com limitações severas e sem padronização, atuando com base em experiências individuais. O acúmulo de mercadorias apreendidas nas unidades se refletiu no desempenho da 5ª RF em 2011 nos indicadores de gestão dessa atividade, e gerou gargalos que, de forma geral, impactaram o desenvolvimento das operações de repressão ao contrabando e descaminho realizadas na Região Fiscal.

Escopo: Estabelecer parâmetros para a processo de gestão das mercadorias apreendidas na 5ª Região Fiscal nas suas diversas etapas (recebimento, movimentação, guarda e destinação), definindo requisitos relativos a: fluxo de trabalho, procedimentos, pessoal (quantitativo, perfil e qualificação técnica) e estrutura física e tecnológica dos locais de armazenagem.

Resultados esperados: - Diminuição do ciclo de vida dos materiais apreendidos nos depósitos da RF05;; - Aumento da especialização dos servidores que lidam com os depósitos e com materiais apreendidos.

Condução da iniciativa em 2012: A iniciativa estratégica teve seu início comprometido pela dificuldade de alocação dos recursos humanos necessários à sua formulação e execução, em razão das restrições do quadro de pessoal. Apesar disso, foi elaborada versão inicial do plano de projeto e definição de cronograma de atividades a serem desenvolvidas pela equipe do projeto, que inclui a visita a outras Regiões Fiscais para o conhecimento de boas práticas de gestão de mercadorias apreendidas, bem como o alinhamento dos fluxos dos processos de trabalho relacionados a essa atividade. Ademais, a sensibilização dos envolvidos quanto à importância estratégica do tratamento desta questão provocou mobilização regional que resultou na melhoria significativa do desempenho da 5ª RF em relação aos indicadores de gestão de mercadorias apreendidas no ano de 2012, em comparação com o ano de 2011.

INICIATIVA ESTRATÉGICA: Construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador

Justificativa: O investimento para a construção de uma sede própria se justifica no longo prazo, visto que eliminará os custos de locação do imóvel que hoje abriga o Edifício-Sede da RFB em Salvador, que ultrapassam o montante de R\$ 5 milhões anuais. Outras justificativas: a) Atual Edifício-Sede não comporta os servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador, que ainda permanecem na sede do Ministério da Fazenda e precisam se integrar aos demais; b) Atual Edifício-Sede não dispõe de auditório para realização de palestras e treinamentos de médio e grande porte; c) Atual ambiente físico poderá não suportar a expansão das atividades institucionais no longo prazo.

Escopo: Realizar todas as etapas de construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador em terreno próprio cedido pela Prefeitura Municipal de Salvador, desde a readequação do projeto básico (originalmente configurado para acomodar os demais órgãos do Ministério da Fazenda em Salvador) até a conclusão final das obras.

Resultados esperados: Entrega da sede própria da RFB em Salvador atendendo a todos os requisitos do ponto de vista físico e tecnológico, e em condições de acomodar adequadamente os funcionários e visitantes das unidades da RFB em Salvador (à exceção das Alfândegas da RFB do Porto e do Aeroporto, que possuem localização diversa em funções das características específicas das suas atividades).

Observações: Em função das limitações do quadro funcional da Divisão de Programação e Logística (Dipol) da 5ª Região Fiscal, e visando obter maior foco estratégico, a iniciativa estratégica regional, que originalmente compreendia a adequação das instalações físicas de todas as unidades da 5ª Região Fiscal, foi restrita à construção do Edifício-Sede da RFB em Salvador. Apesar disso, outras iniciativas de adequação da infraestrutura física continuam em andamento na 5ª Região Fiscal, porém agora sob a liderança das unidades gestoras (Delegacias e Alfândegas) que administram os imóveis passíveis de adequação, contando com o apoio técnico da Dipol quando necessário. É importante ressaltar que as adequações de imóveis da Região Fiscal dependem em grande parte da atuação das unidades centrais da RFB, como a descentralização do crédito orçamentário necessário para a execução dos trabalhos e a definição de requisitos básicos de padronização das unidades do órgão (como, por exemplo, o projeto Agência Modelo conduzido pela Coordenação-Geral de Programação e Logística - Copol)

Condução da iniciativa em 2012: O projeto de construção do Edifício-Sede foi entregue pela empresa contratada, restando apenas alguns ajustes pontuais a serem concluídos no início do ano de 2013. Também foram iniciados os procedimentos preparatórios para as licitações da obra de construção e da fiscalização da referida obra, que devem prosseguir no ano de 2013.

De modo geral, a principal limitação interna encontrada no desenvolvimento das iniciativas estratégicas regionais se referiu à alocação dos recursos humanos necessários à sua formulação e execução, em razão das restrições do quadro de pessoal.

2.4 Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada

(Item 2.4 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

QUADRO 11: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 1

INDICADOR: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META GLOBAL DE ARRECADAÇÃO												
Descrição do Indicador												
Finalidade:	Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.											
Fórmula de cálculo:	[(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].											
Fonte dos Dados:	Sistema DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
100,00	100,00	100,00	100,00	100,17	100,42	102,32	102,71	102,56	103,21	103,15	102,96	
Análise de Desempenho												
Situação atual:	<p>A 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir plenamente a meta global de arrecadação estabelecida. O resultado regional é reflexo do cumprimento da meta de arrecadação por todas as unidades jurisdicionadas, à exceção da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador e da Alfândega do Aeroporto de Salvador, que atingiram, respectivamente, 98% e 96% da meta anual.</p> <p>No caso da Delegacia em Salvador, a meta foi prejudicada pela mudança de domicílio, no decorrer do exercício de 2012, de 6 (seis) grandes contribuintes, sendo 2 (dois) para a jurisdição da Delegacia em Camaçari, e os demais para outras Regiões Fiscais. Não obstante, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador e a Alfândega do Aeroporto de Salvador alcançaram resultados acima da média nacional, que foi de 95,83%.</p>											
Pontos críticos:	Novas desonerações de tributos, valores dos índices econômicos aplicados no cálculo da previsão de arrecadação superiores aos efetivamente ocorridos e alteração de jurisdição de grandes contribuintes para outras RF, como já mencionado anteriormente.											
Observações:	Nada a acrescentar.											

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 12: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 2

INDICADOR: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO												
Descrição do Indicador												
Finalidade:	Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.											
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).											
Fonte dos Dados:	Sistemas DW-Arrecadação, DW-DCTF, Sinal, DW-Pagamentos, DW-Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Suara/RFB	Percentual	Positiva	92,30	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
90,80	91,70	92,10	91,70	91,80	91,80	91,60	91,50	91,30	91,10	91,10	91,10	
Análise de Desempenho												
Situação atual:	O desempenho da 5ª Região Fiscal em relação a este indicador manteve-se próximo da meta estabelecida ao longo de todo o ano de 2012. Contudo, a RF não possui governabilidade direta sobre o indicador. As ações de cobrança podem refletir em melhores resultados, mas não em curto prazo, uma vez que isso exige uma mudança no comportamento do contribuinte. Como exemplo de medida adotada, a 5ª RF ampliou a operação de Cobrança Especial para um universo maior de contribuintes do que aquele determinado pela Coordenação-Geral de Arrecadação – Codac –, selecionando os maiores											

	devedores de cada unidade jurisdicionada para serem analisados. Trata-se do PREAR (Programa de Recuperação da Arrecadação). Essa medida poderá refletir em melhores resultados a médio e longo prazo, uma vez que podem provocar uma mudança no comportamento do contribuinte.
Pontos críticos:	Nada a destacar.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 13: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 3
INDICADOR: ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.			
Fonte dos Dados:	Sistema Omissos			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
NI*	NI*	96,94	97,28	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal conseguiu alcançar a meta estabelecida, porém na prática os resultados relativos a este indicador são mais influenciados por medidas adotadas em âmbito nacional pelos órgãos centrais da RFB, a exemplo do controle de omissos pelo sistema e-Sicodec e a implantação do Programa Omissos PF. Há pouca governabilidade regional para a melhoria do desempenho desse indicador. O resultado positivo obtido na 5ª Região Fiscal (97,28%) se coaduna com o observado em nível nacional (97,55%).			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Por enquanto o indicador apura exclusivamente o cumprimento da obrigação de entrega da DIRPF (Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física). Futuramente, deverá abranger outras declarações constitutivas de crédito tributário (DCTF, DASN, DITR e GFIP).			

Fonte: Sage-RFB

*NI = Não informado. Este indicador teve a sua apuração iniciada a partir do 3º trimestre, após a sua aprovação como indicador estratégico pela Portaria RFB nº 978, de 30 de abril de 2012.

QUADRO 14: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 4
INDICADOR: NÚMERO DE EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FISCAL COM PARTICIPAÇÃO DA RFB

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.			
Fórmula de cálculo:	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.			
Fonte dos Dados:	Levantamento realizado pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	464	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
142	324	519	673	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	O resultado alcançado reflete o esforço da 5ª RF em promover ações, a exemplo de palestras para o público externo sobre legislação tributária, forma e áreas de atuação da RFB; entrevistas para rádios e elaboração de releases para os meios de comunicação; divulgação de artigos sobre temas tributários; cursos e palestras para o público interno.			
Pontos críticos:	Ausência de responsável regional pela área de educação fiscal, em face de licença médica prolongada.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 15: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 5
INDICADOR: GRAU DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ADUANEIRAS NA IMPORTAÇÃO

Descrição do Indicador												
Finalidade:	Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.											
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.											
Fonte dos Dados:	Siscomex (DW Aduaneiro).											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Suari/RFB	Percentual	Positiva	80,70	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
74,00	75,00	72,00	70,00	68,00	68,00	68,00	67,00	67,00	67,00	67,00	67,00	67,00
Análise de Desempenho												
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal cumpriu 83,08% da meta estipulada para 2012, se posicionando no último lugar dentre as Regiões Fiscais. Esse resultado contrasta diretamente com o alcançado no indicador “Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação” (como pode ser visto adiante no quadro 20), no qual a 5ª RF obteve posição de destaque nacional, em função da atuação criteriosa das equipes de fiscalização do despacho aduaneiro de importação das unidades locais.											
Pontos críticos:	Este indicador não está diretamente associado à gestão interna das unidades locais, refletindo o grau de correção das declarações de importação registradas no SISCOMEX pelos representantes legais dos importadores, o que, ao final, está diretamente relacionado à qualificação técnica dos despachantes aduaneiros. Observou-se (especificamente na Inspeção da Receita Federal do Brasil em Ilhéus), a ocorrência de declarações de importação do tipo despacho antecipado serem selecionadas por aleatoriedade, com influência negativa na apuração do indicador, uma vez que tais declarações são obrigatoriamente retificadas para registro da data de chegada da carga.											
Observações:	A importância da melhoria da qualidade do preenchimento das DI vem sendo destacada nas reuniões realizadas trimestralmente com o SINDAEB – Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado da Bahia e nas palestras técnicas ministradas para o público externo (despachantes, importadores, exportadores, etc) com a finalidade de melhoria da qualificação dos representantes legais dos importadores.											

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 16: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 6
INDICADOR: ÍNDICE DE REDUÇÃO DO VALOR DE ESTOQUES DE COMPENSAÇÕES PENDENTES

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.			
Fórmula de cálculo:	[(Saldo inicial DCOMP – saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] x 100.			
Fonte dos Dados:	DW-PER/DCOMP.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1,60	25,60	29,40	32,50	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal conseguiu alcançar a meta estabelecida para este indicador, principalmente por conta do cumprimento da estratégia de análise de créditos de PIS/COFINS de contribuinte de grande porte domiciliado na 5ª RF. A conclusão deste trabalho em maio de 2012 (originalmente estava previsto para dezembro de 2011), contribuiu para que a meta fosse cumprida, o que se observa pela significativa redução do estoque no segundo trimestre (24%).			

Pontos críticos:	O movimento reivindicatório dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no 2º semestre de 2012 influenciou negativamente o desempenho regional em relação a esse indicador, o que se observa através da pequena evolução do mesmo nos terceiro e quarto trimestres (redução de apenas 6,9% do estoque).
Observações:	A distribuição das metas relacionadas ao cumprimento deste indicador passará a ser regional em 2013, e não mais local. Isso evitará que uma unidade jurisdicionada analise as Dcomp com corte de valor muito baixo, enquanto outra unidade tem corte elevado para análise, deixando de analisar Dcomp com valores significativos

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 17: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 7

INDICADOR: INDICADOR GLOBAL DE DESEMPENHO DA SELEÇÃO (IGDS)											
Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.										
Fórmula de cálculo:	$(\text{Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF} \times 0,5) + (\text{Índice de Formação e Garantia de Estoques de Dossiês IFGED} \times 0,5)$, sendo $\text{IQSF} = \text{R2}$ e $\text{IFGED} = \text{S1 a S5}$.										
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal e Portal Copes.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
90,00	87,16	85,00	85,65	86,24	86,34	86,66	86,68	60,55	61,69	73,26	78,90
Análise de Desempenho											
Situação atual:	<p>O Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS é medido a partir do Índice de Qualidade da Seleção – IQSF e do Índice de Formação e Garantia de Estoques de Dossiês – IFGED, com uma representação igualitária na composição do indicador.</p> <p>Índice de Qualidade da Seleção – IQSF – Corresponde ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com exame no período. A 5ª Região Fiscal obteve para este índice (também denominado como R2) um resultado de 93,89% em 2012, superando a meta estabelecida de 90%</p> <p>Índice de Formação e Garantia de Estoques de Dossiês – IFGED – (indicador de esforço) corresponde ao somatório dos índices S1 e S5 de que trata o art 3º, incisos IX a XIII da Portaria Sufis nº 840, de 23 de março de 2012. O índice obtido pela 5ª RF em 2012 foi de 63,9%, aquém da meta estabelecida de 80%.</p> <p>Embora a 5ª Região Fiscal não tenha atingido a meta prevista para o indicador no exercício, o percentual alcançado (78,90%) se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 80,19%.</p>										
Pontos críticos:	<p>Em decorrência do movimento reivindicatório dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no decorrer do 2º semestre, a área de seleção na 5ª Região Fiscal não atingiu parte das metas previstas para o exercício, embora tenha dado continuidade na prospecção de novos casos de planejamento tributário, novos critérios de seleção e na troca de experiências e de informações com outras unidades.</p> <p>Também impactaram negativamente no IFGED, e por conseguinte no IGDS, a implementação de novas rotinas relacionadas à seleção fiscal, em processo de assimilação pela área responsável.</p>										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 18: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 8

INDICADOR: INDICADOR GLOBAL DE FISCALIZAÇÃO (IGF)				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.			
Fórmula de cálculo:	$(\text{Índice de Presença Fiscal IPF} \times 0,25) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,05) + (\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,70)$.			
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal e Portal Copes.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:

Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
4,40	10,10	22,00	28,30	39,10	50,70	56,30	59,20	61,70	66,30	72,80	83,80
Análise de Desempenho											
Situação atual:	<p>Este indicador é estabelecido pela ponderação entre Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF, com peso de 70%), Indicador do Crédito Tributário (ICT – com peso de 5%) e Indicador de Presença Fiscal (IPF – com peso de 25%).</p> <p>Indicador de Desempenho da Fiscalização (IDF) – Percentual resultante da quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicada pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicada pelas horas medias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. O índice obtido pela 5ª Região Fiscal em 2012 foi de 75,8%.</p> <p>Indicador do Crédito Tributário (ICT) – Crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. A 5ª Região Fiscal lançou em 2012 aproximadamente R\$ 3,7 bilhões em créditos tributários decorrentes das ações de fiscalização de tributos internos, obtendo um resultado de 78,0% para o índice.</p> <p>Indicador de Presença Fiscal (IPF) – Relação entre a quantidade de procedimentos de fiscalização e revisão de declarações executadas, incluindo-se as diligências, e o total de contribuintes jurisdicionados pela Região Fiscal. O índice em 2012 foi de 107,5%. Embora a 5ª Região Fiscal não tenha atingido a meta prevista para o indicador no exercício, o percentual alcançado (83,80%) se coaduna com o resultado nacional obtido, que foi de 85,60%.</p>										
Pontos críticos:	<p>Em decorrência do movimento reivindicatório dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no decorrer do 2º semestre, a 5ª Região Fiscal realizou procedimentos de fiscalização e revisões de declarações abaixo do potencial previsto, impactando negativamente o IDF e o ICT, o que resultou no não atingimento da meta prevista para o IGF (100%). É importante ressaltar que, a despeito do não cumprimento da meta, foram desenvolvidas atividades como o intercâmbio de boas práticas, disseminação de conhecimento, compartilhamento de informações, e, por consequência, o aperfeiçoamento da execução das atividades de fiscalização.</p>										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 19: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 9

INDICADOR: ÍNDICE DE COBERTURA DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização a posteriori, no período indicado.			
Fórmula de cálculo:	<p>$[(\text{Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano}) / (\text{quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99\% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores})] \times 100.$</p> <p>onde:</p> <p>Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro;</p> <p>Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.</p>			
Fonte dos Dados:	Sistemas Ação Fiscal Aduaneiro e DW-Aduaneiro.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suari/RFB	Percentual	Positiva	10,15	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	

	1,69	3,76	4,14	6,77
Análise de Desempenho				
Situação atual:	<p>A 5ª Região Fiscal alcançou cerca de 2/3 (dois terços) da cobertura fiscal esperada para o ano de 2012. Das 54 ações fiscais previstas para o exercício, foram encerradas 36 (uma redução de 30% em relação ao ano de 2011, quando foram encerradas 51 fiscalizações). Outras 16 ações fiscais em andamento tiveram a sua conclusão prejudicada principalmente em razão do movimento reivindicatório dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no 2º semestre de 2012.</p> <p>Embora a 5ª RF não tenha atingido a meta de 10,15%, o resultado alcançado (6,77%) foi superior ao desempenho global da RFB para este indicador (4,55%). Comparados os desempenhos proporcionalmente às suas respectivas metas, é possível afirmar que os resultados regionais se coadunam com os obtidos nacionalmente:</p> <p>5ª RF: Meta – 10,15% / Resultado – 6,77% / Cumprimento de 66,70% da meta RFB: Meta – 6,29% / Resultado – 4,55% / Cumprimento de 72,34% da meta</p>			
Pontos críticos:	<p>a) O movimento reivindicatório mencionado impactou significativamente o desempenho da 5ª RF em relação a este indicador;</p> <p>b) Há uma dificuldade da área de pesquisa e seleção da 5ª RF na geração de novos dossiês para fiscalização aduaneira de zona secundária.</p>			
Observações:	<p>A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana – está modificando a sistemática de avaliação do desempenho da fiscalização aduaneira de zona secundária, com a implantação do Indicador Global da Fiscalização Aduaneira – IGFA. A nova sistemática permitirá a redistribuição de ações fiscais entre as Regiões Fiscais, o que deverá contribuir para a cobertura fiscal aduaneira sob uma perspectiva nacional, sem prejuízo para o processo de avaliação de desempenho regional</p>			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 20: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 10

INDICADOR: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO NO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO

Descrição do Indicador												
Finalidade:	Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.											
Fórmula de cálculo:	Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.											
Fonte dos Dados:	Siscomex (DW-Aduaneiro).											
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:								
Suari/RFB	Percentual	Positiva	47,00	Trimestral								
Resultados Alcançados												
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
53,78	53,27	54,17	52,82	51,28	51,56	51,30	51,26	50,11	49,31	49,09	48,57	
Análise de Desempenho												
Situação atual:	<p>A 5ª Região Fiscal encerrou o ano de 2012 com o cumprimento de 103,33%, da meta estipulada. O resultado alcançado posicionou a 5ª RF em 1º lugar no desempenho relativo à meta dentre as Regiões Fiscais, sendo isso o reflexo da atuação direta e criteriosa das equipes de fiscalização do despacho aduaneiro de importação das unidades locais da 5ª RF.</p>											
Pontos críticos:	Nada a destacar.											
Observações:	<p>Considerando que se busca identificação de erros e consequente retificação das declarações de importação submetidas à análise na fiscalização do despacho aduaneiro, o resultado final está diretamente relacionado à qualidade da seleção parametrizada do SISCOMEX para os canais de conferência (à exceção dos casos em que a seleção se dá por aleatoriedade).</p>											

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 21: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 11

INDICADOR: GRAU DE EFICÁCIA DA SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA DE INTERVENIENTES NO COMÉRCIO EXTERIOR

Descrição do Indicador	
Finalidade:	Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

Fórmula de cálculo:	(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.			
Fonte dos Dados:	Sistemas Ação Fiscal Aduaneiro e DW-Aduaneiro.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
100,00	85,00	86,36	91,67	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	<p>A 5ª Região Fiscal conseguiu atingir a meta estipulada para 2012. Das 36 fiscalizações aduaneiras de zona secundária concluídas no exercício, apenas 3 (três) não obtiveram resultado, correspondendo a um desempenho de 91,67% para o indicador, valor superior ao observado na média nacional, de 87,39%.</p> <p>A 5ª RF vem obtendo sistematicamente, desde 2009, um desempenho superior a 90% neste indicador. O desempenho positivo é reflexo da qualidade dos dossiês gerados pelas equipes de pesquisa e seleção da RF.</p>			
Pontos críticos:	A principal dificuldade da área de pesquisa e seleção da 5ª RF está na geração de novos dossiês para fiscalização aduaneira de zona secundária, em função do reduzido número de contribuintes jurisdicionados na Região Fiscal com indícios de irregularidades nas operações de comércio exterior.			
Observações:	A perspectiva de ampliação do universo fiscalizável em 2013 (redistribuição de dossiês e ações fiscais de outras Regiões Fiscais, conforme sistemática definida pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - Coana) e maior compartilhamento de linhas de pesquisa e dossiês entre as RF tende à geração de dossiês de pesquisa e seleção com maior grau de acerto no resultado final da execução das ações fiscais.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 22: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 12

INDICADOR: ÍNDICE DE SOLUÇÃO DE CONSULTAS				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.			
Fórmula de cálculo:	Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).			
Fonte dos Dados:	Levantamento manual.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	65,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
25,85	28,48	35,35	62,27	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	<p>Quando o índice foi instituído no decorrer do ano de 2012, a SRRF05 apresentava valores bastante inferiores à meta estipulada para o ano, em função do alto estoque de processos de consulta externa no início do exercício (que compõe o denominador da fórmula de cálculo). O elevado estoque no início de 2012 – 114 processos – foi reflexo do período em que a Divisão de Tributação (Disit) – regimentalmente responsável pelo tratamento das consultas na SRRF – funcionou com um número extremamente reduzido de servidores. Essa limitação conjugou-se com o aumento concomitante das atribuições da Divisão, que passou a ser responsável pela atualização do Regulamento do Imposto de Renda – RIR, como contribuição ao projeto nacional da Secretaria da Receita Federal do Brasil de descentralização das atividades de atualização dos regulamentos tributários (anteriormente centralizadas na Coordenação-Geral de Tributação - Cosit).</p> <p>Com a chegada de novos servidores, a incorporação gradativa do trabalho de atualização do RIR e a realização de um esforço concentrado regional para análise de consultas externas, foi possível evoluir substancialmente no indicador, chegando bem próximo ao cumprimento da meta estabelecida para o ano. Foram analisados e respondidos pela SRRF05 em 2012 ao todo 137 processos de consulta.</p>			
Pontos críticos:	<p>a) Afastamento de servidores por motivos diversos (licença maternidade, férias e licenças médicas) impactam significativamente o índice, considerando-se que a equipe de trabalho da Disit ainda é pequena.</p> <p>b) A formalização desnecessária de processos de consulta externa aumenta o fluxo de</p>			

	entrada, dificultando a melhoria do índice; c) Há outras demandas decorrente de atribuição regimental que não são levadas em conta para o cálculo do indicador, como por exemplo, consultas internas das unidades locais e Divisões, análise de recursos hierárquicos e prestação de informações em Mandado de Segurança.
Observações:	O estoque de processos de consulta ainda é alto. A SRRF05 terminou o ano de 2012 com 83 processos de consulta no estoque.

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 23: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 13
INDICADOR: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUB JUDICE CONTROLADO EM PROCESSOS

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.			
Fonte dos Dados:	DW-Devedores.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	93,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
92,40	96,80	96,60	95,90	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal conseguiu já no 2º trimestre alcançar a meta estabelecida para o indicador, mantendo o bom desempenho até o final do exercício, Proporcionalmente em relação à meta, o desempenho da 5ª Região Fiscal ao final de 2012 (3,12% acima da meta) foi ligeiramente superior ao observado em nível nacional: o resultado global obtido pela RFB foi de 91,30%, correspondendo a uma superação de 1,44% da meta nacional (90,0%).			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 24: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 14
INDICADOR: PERCENTUAL DE SERVIÇOS ATENDIDOS COM TEMPO MÉDIO DE ESPERA MENOR OU IGUAL A 15 MINUTOS (TME 15)

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.										
Fórmula de cálculo:	[(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.										
Fonte dos Dados:	Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
46,34	79,39	88,94	90,86	89,45	64,45	80,90	97,88	84,99	93,93	95,92	89,58
Análise de Desempenho											
Situação atual:	A SRRF05, por meio de sua Divisão de Interação com o Cidadão – Divic, acompanhou e orientou as unidades jurisdicionadas quanto à necessidade de adequar os procedimentos na área do atendimento visando ao atingimento da meta deste novo indicador, cuja implantação se deu a partir do ano de 2012. Algumas ações foram tomadas pelas Delegacias a fim de melhorar o desempenho do indicador, a exemplo de: remanejamento de pessoal, separação entre os serviços que demandam pouco tempo de atendimento daqueles mais demorados (criação de linha rápida) e reserva de turno exclusivo para o atendimento agendado. Isso garantiu que a 5ª Região Fiscal conseguisse cumprir a meta estabelecida em 9 dos 12 meses do ano, mesmo com o reduzido quadro funcional de atendentes, em contraposição ao										

	grande volume de atendimentos presenciais. Foram atendidos presencialmente ao todo 1.271.074 serviços nas unidades de atendimento da RFB na 5ª RF ao longo do ano de 2012.
Pontos críticos:	A questão da sazonalidade nos meses de janeiro/fevereiro e junho/julho, período em que geralmente há acúmulo de férias dos servidores, impactou negativamente os resultados indicador nos referidos meses.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 25: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 15
INDICADOR: INDICADOR DE TEMPO MÉDIO DE ESTOQUE DE RESTITUIÇÕES PENDENTES

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).			
Fórmula de cálculo:	(Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.			
Fonte dos Dados:	DW-PERDCOMP.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Dias	Negativa	698,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
727,00	611,00	520,00	479,00	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	<p>A 5ª Região Fiscal conseguiu já no 2º trimestre alcançar a meta estabelecida para o indicador, mantendo o bom desempenho até o final do exercício, quando a 5ª RF registrou um tempo médio de estoque de 479 dias, resultado melhor que a média nacional, de 562 dias.</p> <p>Proporcionalmente em relação à meta, o desempenho da 5ª Região Fiscal ao final de 2012 também foi significativamente superior ao observado em nível nacional: a 5ª RF encerrou o ano de 2012 com um tempo médio de estoque 31,3% inferior à meta regional estabelecida, enquanto a redução global obtida pela RFB foi de 8,7% em relação à meta nacional (616 dias).</p> <p>A Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac – da SRRF05 detectou que, em muitos casos, as análises dos PER já haviam sido efetuadas pelas unidades jurisdicionadas, porém sem o devido registro no sistema, elevando a quantidade de PER indicada como pendente. Assim, a Divisão fez um levantamento dos PER já trabalhados pelas unidades, mas cujo resultado não havia sido informado no sistema. Essa relação foi então repassada às Delegacias para a atualização do sistema, o que contribuiu para que a meta fosse alcançada desde o segundo trimestre.</p>			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 26: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 16
INDICADOR: QUANTITATIVO DE SERVIÇOS ACESSADOS NO PORTAL E-CAC

Descrição do Indicador											
Finalidade:	Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.										
Fórmula de cálculo:	Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.										
Fonte dos Dados:	Estatísticas de serviços do portal e-CAC.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	3.040.000	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
269.076	459.819	707.690	1.025.836	1.350.416	1.614.914	1.875.317	2.126.949	2.333.838	2.576.641	2.789.392	2.986.168
Análise de Desempenho											
Situação atual:	Embora o número de acessos tenha aumentado em 2,48% em relação ao ano de 2011, a meta para o ano de 2012 não foi alcançada, mesmo com a realização de palestras para a classe contábil para orientar sobre o uso e serviços disponíveis na internet. Contudo, o										

	resultado obtido pela 5ª Região Fiscal no exercício se aproximou do cumprimento pleno da meta (98,2%).
Pontos críticos:	O atingimento da meta é dependente de fatores externos e que fogem da área de atuação da RFB, como o acesso à internet de qualidade nos municípios de menor porte, o conhecimento do cidadão na utilização da ferramenta e até mesmo a mudança de cultura que permita aumentar a confiança nos serviços realizados de forma virtual.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 27: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 17

INDICADOR: GRAU DE FLUIDEZ DO DESPACHO DE IMPORTAÇÃO											
Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir a fluidez do despacho de importação.										
Fórmula de cálculo:	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.										
Fonte dos Dados:	GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suari/RFB	Percentual	Positiva	77,89	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
77,70	80,10	76,39	71,22	73,37	75,90	76,69	77,28	71,05	75,44	77,24	76,24
Análise de Desempenho											
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal desembarçou ao todo, em 2012, 32.123 declarações de importação, sendo que, desse total, mais de 3/4 (três quartos) foram desembaraçados em menos de 1 (um) dia, o que permitiu que a 5ª RF apresentasse ao final do exercício um desempenho bastante próximo à meta esperada.										
Pontos críticos:	a) Este indicador não está diretamente associado à gestão interna das unidades locais, refletindo, em regra, o percentual de declarações de importação parametrizadas para o canal verde do SISCOMEX (as quais tendem a apresentar um rápido desembaraço). b) O indicador foi impactado negativamente pela Operação Maré Vermelha desde a meados de março a junho de 2012 e também pelo significativo aumento do quantitativo de declarações de importação selecionadas para conferência na Inspeção da Receita Federal do Brasil em Aratu/Candeias										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 28: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 18

INDICADOR: TEMPO MÉDIO BRUTO NO DESPACHO ADUANEIRO DE EXPORTAÇÃO											
Descrição do Indicador											
Finalidade:	Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.										
Fórmula de cálculo:	Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.										
Fonte dos Dados:	GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,20	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,16	0,17	0,13	0,17	0,15	0,18	0,19	0,23	0,19	0,22	0,23	0,17
Análise de Desempenho											
Situação atual:	A 5ª RF reduziu em 10% o tempo definido na meta, fechando o ano com o tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação de 0,18 dias (aproximadamente 4 horas e 20 minutos). Este resultado reflete a continuidade do bom desempenho já alcançado pela RF no ano anterior.										
Pontos críticos:	Eventuais distorções em determinados meses podem ser atribuídas aos despachos de exportação fracionados ou <i>a posteriori</i> , assim como ao movimento reivindicatório dos servidores da RFB no 2º semestre de 2012.										
Observações:	Nada a acrescentar.										

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 29: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 19

INDICADOR: ÍNDICE DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO GARANTIDO				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.			
Fórmula de cálculo:	Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.			
Fonte dos Dados:	Sistemas DW-Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Suara/RFB	Percentual	Positiva	6,40	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
3,40	4,60	4,70	7,30	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	Embora o resultado obtido pela 5ª RF tenha sido um pouco inferior ao resultado global da RFB (8,50%), a 5ª Região Fiscal conseguiu alcançar no 4º trimestre a meta anual estabelecida para este novo indicador, implantado em 2012. Quando analisados proporcionalmente em relação às metas, os desempenhos regional e nacional não apresentam grandes divergências entre si: 5ª RF: Meta – 6,40% / Resultado – 7,30% / Meta superada em 14,06% RFB: Meta – 6,90% / Resultado – 8,50% / Meta superada em 23,18%			
Pontos críticos:	Nada a destacar.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 30: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 21

INDICADOR: ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA META DAS OPERAÇÕES DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO ADUANEIRA											
Descrição do Indicador											
Finalidade:	Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.										
Fórmula de cálculo:	(Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4)										
Fonte dos Dados:	Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.										
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:							
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral							
Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00	100,00	140,00	128,57	127,78	113,00	103,45	97,14	100,00	100,00	124,49	101,96
Análise de Desempenho											
Situação atual:	Apesar do movimento reivindicatório empreendido pelos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no 2º semestre de 2012, a 5ª Região Fiscal conseguiu ultrapassar a meta estipulada para 2012, graças ao profissionalismo e dedicação dos servidores envolvidos, em especial daqueles em exercício na Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho – Direp – que é regimentalmente responsável pelo planejamento e condução das operações. Foram realizadas ao todo 32 operações de repressão em 2012 pela 5ª Região Fiscal, que encerrou o ano com um resultado de 101,96% para o indicador, valor bastante próximo ao verificado em nível nacional (101,59%).										
Pontos críticos:	a) O movimento reivindicatório mencionado impactou negativamente o índice, particularmente nos meses de agosto a outubro, mas não chegou a comprometer o cumprimento da meta;										

	b) As restrições orçamentárias e alguns entraves relacionados à gestão de mercadorias apreendidas (vide “Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas – IGMA, apresentado a seguir no Quadro 34) dificultaram a ampliação do raio de ação e abrangência das operações no território da 5ª Região Fiscal no ano de 2012.
Observações:	Nada a acrescentar.

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 31: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 22

INDICADOR: INDICADOR GLOBAL DE ACOMPANHAMENTO DOS MAIORES CONTRIBUINTES (IGAM)				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.			
Fórmula de cálculo:	$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.			
Fonte dos Dados:	Sistema Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
19,84	40,00	63,74	98,19	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	<p>Este indicador é estabelecido pela ponderação entre IPT – Indicador de tratamento do Passivo Tributário (com peso de 40%), IDA – Indicador de Distorções de Arrecadação (com peso de 25%) e ISE – Indicador do Setor Econômico (com peso de 35%).</p> <p>A 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir totalmente as metas estabelecidas para os índices IDA e ISE em 2012, graças ao bom trabalho desenvolvido pelas Equipes de Monitoramento de Grandes Contribuintes, localizadas nas Delegacias da 5ª RF. Contribuiu para o sucesso a experiência já adquirida pela maior parte das pessoas envolvidas na atividade.</p> <p>Para que não houvesse risco de não atingimento do IDA, a SRRF05, por meio de seu Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (Semac), ampliou a amostra de quedas de arrecadação que deveria ser analisada pelas unidades jurisdicionadas, definindo um limite mínimo de queda passível de análise em valor inferior ao estipulado pela Coordenação-Geral de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes – Comac. A adoção dessa medida criou uma certa margem de segurança para o sucesso dos resultados.</p> <p>Mesmo adotando estratégia similar para o terceiro componente do indicador – IPT – a 5ª Região Fiscal não logrou alcançar a sua meta, embora tenha apresentado resultado considerado satisfatório (95,49%). o que levou o desempenho regional em relação ao “Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes” a um patamar bem próximo do esperado ao final do exercício de 2012.</p> <p>A 5ª RF encerrou o ano com o resultado de 98,19% para o IGAM, desempenho que se coaduna com o obtido nacionalmente, onde o indicador alcançou em média o valor de 99,10%.</p>			
Pontos críticos:	O movimento reivindicatório dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no 2º semestre de 2012 influenciou negativamente o desempenho regional em relação a algumas as metas que compõem o IPT (este indicador é composto por seis metas associadas a atividades previstas no Plano Anual de Trabalho da Comac).			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 32: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 23

INDICADOR: ÍNDICE DE GESTÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
Descrição do Indicador	
Finalidade:	Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
Fórmula de cálculo:	$\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.

Fonte dos Dados:	Siscad			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
26,33	57,27	68,12	106,40	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	Durante o ano de 2012 foram capacitados na 5ª Região Fiscal 1.008 servidores, de um total de 1.383 servidores em exercício na RF, representando uma amplitude de capacitação de 72,89%, ligeiramente acima da média nacional da RFB. Foram destinadas 36.845 horas de treinamento aos servidores, o que significou uma profundidade de capacitação de 36,55 horas/servidor. A conjugação de bons resultados em relação às duas vertentes que compõem o índice (amplitude e profundidade) assegurou o sucesso da 5ª RF no cumprimento da meta.			
Pontos críticos:	As limitações institucionais definidas para o volume de diárias a serem concedidas para cada servidor e, também, para o contingente de servidores que podem participar de cada evento de capacitação, apesar de visarem à economia dos escassos recursos destinada à capacitação, acabam por dificultar a evolução da quantidade servidores treinados e sobre a quantidade de horas de capacitação programadas. A disponibilidade limitada de instrutores internos em relação às necessidades regionais de treinamento também é um fator que impacta significativamente os resultados.			
Observações:	A despeito dos bons resultados, houve de fato um decréscimo na amplitude de capacitação em relação ao ano de 2011, quando foram capacitados na 5ª RF 1.132 servidores. Naquele ano, foram destinadas aos servidores 46.583 horas de treinamento, resultando numa média de 41,15 horas/servidor, ou seja, uma profundidade superior à obtida em 2012.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 33: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 24

INDICADOR: NÍVEL DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS UNIDADES (NIF)				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Verificar a padronização das instalações das unidades físicas da RFB.			
Fórmula de cálculo:	(Quantidade de unidades adequadas / total de unidades avaliadas da RFB) x 100, onde: Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.			
Fonte dos Dados:	Sistema Edifica			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
52,21	52,21	52,21	56,34	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	Os resultados, apesar de não terem levado ao atingimento pleno da meta estabelecida, foram satisfatórios e decorreram principalmente de ações pontuais realizadas nas agências da 5ª RF. Verificou-se um crescimento de 4 pontos percentuais no desempenho da 5ª RF em 2012, enquanto o desempenho global da RFB manteve-se praticamente estável no patamar de 60% ao longo do ano e encerrou o exercício com o valor de 60,63%. Como a meta nacional para este indicador em 2012 foi de 65%, é possível afirmar que o desempenho regional convergiu com os resultados obtidos nacionalmente, levando-se em consideração as respectivas metas.			
Pontos críticos:	A meta só não foi atingida por conta do atraso, seguido pela rejeição, dos projetos básicos das Agências Modelo contratados pela Copol. Como a Região Fiscal tinha 5 Agências Modelo por construir, ficou prejudicada neste indicador.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 34: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 27
INDICADOR: ÍNDICE DE GESTÃO DE MERCADORIAS APREENDIDAS (IGMA)

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).			
Fórmula de cálculo:	$[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)],$ onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.			
Fonte dos Dados:	Sistema CTMA			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
19,38	42,04	38,94	80,43	
Análise de Desempenho				
Situação atual:	Este indicador é estabelecido pela ponderação entre ILE – Índice de Valor Arrecadado em Leilões (com peso de 40%), IEB – Índice de Redução do Estoque-Base (com peso de 30%) e IPF – Índice de Tratamento de Processos Fiscais Antigos (com peso de 30%). A 5ª Região Fiscal conseguiu cumprir totalmente as metas estabelecidas para os índices IEB e IPF, graças à efetividade da gestão regional na articulação de parcerias para fins da destruição de mercadorias, de forma ecologicamente responsável, resultando na redução de mais de 120 processos antigos da Conta 210, dentre os quais 67 processos de pilhas e baterias e 20 processos de isqueiros, além de 12.000 pares de tênis e 38.000 relógios, para citar apenas os processos com mercadorias em grande volume. Por outro lado, a 5ª RF não logrou alcançar a previsão definida para o índice ILE, pelas razões expostas a seguir, o que prejudicou o cumprimento pleno da meta estabelecida para o “Índice de Gestão das Mercadorias Apreendidas”. A 5ª RF encerrou o ano registrando o valor de 80,43% para este indicador, enquanto o desempenho global da RFB foi de 93,19%.			
Pontos críticos:	A meta de arrecadação em leilões (ILE) se revelou inatingível. Adotou-se como critério para a 5ªRF o incremento de 10% da arrecadação obtida em 2011, resultando em R\$ 2.732.950,11 o valor de arrecadação para o alcance da meta mínima em 2012. Ocorre que a 5ª RF arrecadou R\$ 1.396.068,00 atingindo 52% da meta estipulada, não obstante tenha envidado todos os esforços possíveis, com a realização de 6 (seis) leilões ao longo do ano. Os resultados obtidos sinalizam que houve falta de mercadorias disponíveis no estoque para serem leiloadas. No âmbito da 5ª RF, as unidades gestoras detentoras dos maiores estoques de mercadorias reúnem grande parte das apreensões realizadas pela SRRF05 no comércio varejista. Em geral, a natureza das mercadorias apreendidas nessas operações se caracterizam pela diversidade, variedade de marcas e quantidades que dificultam a composição de grandes lotes de produtos similares e atrativos para o público alvo de um leilão voltado para pessoas jurídicas. Nestes casos, a embalagem danificada e, até mesmo, a ausência de embalagem e manual de instrução restringe a oferta pública destas mercadorias.			
Observações:	Nada a acrescentar.			

Fonte: Sage-RFB

QUADRO 35: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 28
INDICADOR: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE CUSTEIO

Descrição do Indicador				
Finalidade:	Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.			
Fórmula de cálculo:	$[\text{Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados)} \div \text{teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF}] \times 100.$			
Fonte dos Dados:	SIAFI.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral
Resultados Alcançados				

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI*	NI*	NI*	NI*	NI*	65,40	80,20	92,20	105,10	74,30	92,40	94,10

Análise de Desempenho

Situação atual:	<p>A 5 Região Fiscal alcançou para este indicador um desempenho considerado satisfatório, atribuído à concretização dos planos de ação previstos para 2012, como redução de custos fixos e variáveis e otimização dos controles de gastos. A 5ª RF encerrou o ano com um nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio da ordem de 94,10%, índice superior ao obtido globalmente pela RFB (90,90%).</p> <p>Dando continuidade à política de economia iniciada em anos anteriores, os trabalhos foram realizados no sentido de reduzir os custos variáveis, uma vez que a região possui pouca margem de redução dos custos fixos, como, por exemplo com os contratos de locação do imóvel, serviços de vigilância, limpeza e copeiragem que já sofrem aumentos anuais em virtude de reajustes legais, alheios à vontade do contratante. Ainda assim, foi possível a redução do valor do contrato de vigilância do Edifício-Sede da RFB em Salvador, com a diminuição do número de postos a partir do início da vigência do contrato de monitoramento de equipamentos eletrônicos. Em relação às despesas variáveis, como diárias e manutenção de bens imóveis, houve redução de aproximadamente 50% das despesas. Importante destacar a não contratação de serviços inicialmente previstos no planejamento 2012, tais como ginástica laboral e mensageiro.</p> <p>Diante da restrição orçamentária vivenciada, torna-se fundamental a otimização de recursos e um maior controle dos gastos. Assim, foram aperfeiçoados sistemas de controle dos valores dos tetos confrontados com os valores distribuídos, bem como melhoria no acompanhamento do nível de execução ao longo do ano. Sendo a SRRF05 a setorial financeira das unidades da 5ª RF, responsável pela administração do teto orçamentário de toda a região, e tendo em vista a quantidade reduzida de servidores para os acompanhamentos necessários, buscou-se uma melhor forma de controle orçamentário através da implementação, em 2011, de uma sistemática onde os tetos de cada unidade gestora eram distribuídos tão logo quando definidos. No decorrer do ano as solicitações eram atendidas na programação mensal obrigatória e, no decorrer do mês, à medida que fossem sendo feitas novas solicitações e mediante disponibilidade em caixa. Os valores enviados a maior em um mês eram reduzidos nos meses seguintes. Todos os meses, os gestores recebiam a informação do seu teto ajustado com os valores recebidos a maior ou menor no mês anterior. Desta forma, conseguiu-se uma maior transparência e envolvimento das Unidades nos problemas enfrentados em relação ao orçamento. Em 2012 esse controle foi aperfeiçoado, com o teto sendo distribuído em valores fixos mensais. As sobras ou faltas passaram a ser administradas pelas próprias unidades gestoras e a divulgação dos controles passou a ser feita em tempo real com a adoção de compartilhamento de arquivos em ambiente de rede, podendo ser visualizados por todos os gestores a qualquer momento. Tal medida permitiu uma diminuição da quantidade de tempo despendido pela SRRF05 com a tarefa de repasse de créditos, melhorando a qualidade das demais atividades desenvolvidas.</p>	
	Pontos críticos:	Nada a destacar.
	Observações:	Nada a acrescentar.
	Fonte:	Sage-RFB

Fonte: Sage-RFB

*NI = Não informado. Este indicador teve a sua apuração iniciada a partir do mês de junho, após a sua aprovação como indicador estratégico pela Portaria RFB nº 978, de 30 de abril de 2012.

QUADRO 36: INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES UTILIZADOS PELA UJ - INDICADOR 29

INDICADOR: NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição do Indicador				
Finalidade:	Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.			
Fórmula de cálculo:	[Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.			
Fonte dos Dados:	SIAFI.			
Responsável:	Unidade de Medida:	Polaridade:	Meta:	Análise:
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	Trimestral

Resultados Alcançados											
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI*	NI*	NI*	NI*	NI*	50,00	3,80	4,40	5,20	5,30	7,00	9,10
Análise de Desempenho											
Situação atual:	A 5ª Região Fiscal apresentou para este indicador um desempenho considerado insatisfatório, em decorrência do reduzido quadro de pessoal, prazos exíguos para algumas aquisições, especialmente as de bens permanentes e atraso no recebimento de projetos básicos a serem licitados.										
Pontos críticos:	O desempenho da Região Fiscal foi prejudicado considerando que o maior percentual de despesa de investimento recaiu sobre contratações para execução de obras de engenharia não concretizadas por conta de atrasos no recebimento de projetos básicos contratados previamente, além do reduzido número de servidores com experiência em contratações neste tipo de objeto.										
Observações:	Há uma deficiência crônica no indicador que é mescla resultados de contratação de investimentos do tipo material permanente, de rápida aquisição, com investimentos do tipo obras e serviços de engenharia, cujos resultados têm longo ciclo de maturação.										

Fonte: Sage-RFB

*NI = Não informado. Este indicador teve a sua apuração iniciada a partir do mês de junho, após a sua aprovação como indicador estratégico pela Portaria RFB nº 978, de 30 de abril de 2012.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

ITEM 3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO
(Item 3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

(Item 3.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

QUADRO 37: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>Por se tratar de relatório de gestão consolidado, além da resposta dos gestores da unidade consolidadora (SRRF05), foram também colhidas respostas dos gestores de todas as 8 (oito) unidades consolidadas (Delegacias e Alfândegas da 5ª Região Fiscal). A pontuação registrada como resposta e cada item deste quadro corresponde ao valor atribuído com maior frequência (moda) pelos gestores nos respectivos elementos avaliados.</p> <p>Por exemplo, à afirmativa número 2 da avaliação foi atribuído um valor 4 (quatro), por ter sido este o valor atribuído pelos administradores de 6 (seis) das 9 (nove) unidades cuja gestão é objeto deste relatório.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**ITEM 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA**

(Item 4 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

4.1 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

(Item 4.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF’s, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento - DRJ’s, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Prestação de Contas do Órgão Central.

O Programa 0906 - Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 - Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

O principal programa de trabalho da RFB em 2012 foi o Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

O Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda é composto por 36 ações, sendo que serão objeto de comentário neste Relatório apenas as ações citadas a seguir, específicas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal.

- 10AV - Construção do Edifício Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA.

QUADRO 38: AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	10AV - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SALVADOR - BA					
Descrição	Desenvolver o projeto executivo e construir o Edifício SEDE em Salvador, adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal .					
Unidade Responsável	170078 - SRRF05					
Unidade Orçamentária	25103					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.000.000,00	20.000.000,00	12.994,78	12.994,78	6.254,44	0,00	6.740,34
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	18	1	20.000.000,00	12.995,00

Cumprimento das metas físicas:

A diferença observada entre os valores previstos e os realizados para as metas físicas e financeiras se explica pela não ocorrência da licitação da obra de construção, uma vez que o projeto básico de construção não foi concluído dentro do prazo esperado. A SRRF05 encerrou o ano de 2012 na fase de recebimento definitivo do projeto, o qual depende ainda de alguns ajustes pontuais, reprogramados para 2013. O valor financeiro realizado corresponde ao pagamento de taxas municipais pendentes.

Não obstante os reiterados atrasos verificados, foram iniciados em 2012 os procedimentos preparatórios para a licitação da obra de construção – com edital já aprovado pela Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia (PFN/BA) e de apoio à fiscalização desta, observadas as limitações legais. Os procedimentos, que terão continuidade no ano de 2013, não foram concluídos basicamente por dois motivos:

- A aprovação dos projetos pelos órgãos municipais nem sempre podem ocorrer em paralelo, tendo em alguns casos a aprovação de um como pré-requisito para outro;
- A empresa contratada é extremamente morosa nas respostas e já tem .

Ações que apresentaram problemas de execução:

As limitações foram de ordem administrativa para o recebimento do projeto básico da obra de construção. Apesar dos inúmeros contatos e tentativas realizadas ao longo do ano de 2012 junto à empresa contratada para a elaboração do projeto, não foi possível obter junto à referida empresa as peças do projeto dentro dos prazos acordados e/ou especificações aceitas pelos diversos órgãos de controle, gerando diversas idas e vindas dos projetos. O quadro abaixo registra algumas das etapas do projeto já vencidas por conta, inclusive e principalmente, pelas diversas intervenções da SRRF05 junto à contratada e aos retrocitados órgãos.

QUADRO 39: HISTÓRICO DE EVENTOS DO PROJETO DO EDIFÍCIO-SEDE DA RFB EM SALVADOR

Data	Evento
17/03/08	Carta de Viabilidade de Água e Esgoto – Embasa
25/08/08	TAC – Termo de Acordo e Compromisso entre a Prefeitura Municipal de Salvador e a Samf/BA referente a reposição de árvores
05/11/08	Carta de Viabilidade de Coleta de Lixo – Limpurb
22/12/08	Carta de Viabilidade de Fornecimento de Energia Elétrica – Coelba
24/11/09	Carta de Viabilidade de Água e Esgoto – Embasa
24/12/09	Edital de Licitação – Tomada de Preços 04/2009
17/05/10	Contratação do serviço de elaboração do projeto
20/04/11	Liberação da AOP – Análise de Orientação Prévia pela Prefeitura Municipal de Salvador
26/07/11	Licença Ambiental – SMA/PMS - Protocolo
17/08/11	Protocolo do Projeto Legal na Sucom/PMS
19/09/11	Carta de Viabilidade de Coleta de Lixo – Limpurb
27/09/11	Carta de Viabilidade de Fornecimento de Energia Elétrica – Coelba
07/10/11	Carta de Viabilidade de Água e Esgoto – Embasa
09/11/11	Carta de Viabilidade de Trânsito – Setin/Transalvador
06/07/12	Licença Ambiental – SMA/PMS - Liberação
23/07/12	Protocolo da Licença Ambiental na Sucom/PMS
23/08/12	Obtenção do Alvará na Prefeitura Municipal de Salvador
24/01/13	Aprovação do Projeto de Entrada de Energia Elétrica pela Coelba
06/02/13	Protocolo do Projeto de Proteção contra Incêndio e Pânico na Sucom/PMS

4.2 Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

(Item 4.3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 40: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	11.081.702,90	11.167.482,00	8.746.258,97	8.675.819,37
a) Convite	54.000,41	0,00	54.000,41	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	111.363,55	0,00	75.574,96
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	11.027.702,49	11.056.118,45	8.692.258,56	8.600.244,41
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
1. Contratações Diretas (g+h)	12.250.075,18	11.270.716,00	10.732.514,76	9.642.723,43
a) Dispensa	11.189.626,13	10.505.309,17	9.816.862,32	9.004.357,02
b) Inexigibilidade	1.060.449,05	765.406,83	915.652,44	638.366,41
1. Regime de Execução Especial	96.994,62	90.865,01	96.994,62	90.865,01
a) Suprimento de Fundos	96.994,62	90.865,01	96.994,62	90.865,01
1. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.201.989,52	763.561,79	1.201.989,52	763.561,79
a) Pagamento em Folha	26.576,99	3.834,80	26.576,99	3.834,80
b) Diárias	1.175.412,53	759.726,99	1.175.412,53	759.726,99
1. Outros	1.477.065,27	3.510.564,20	1.382.658,71	3.047.183,32
2. Total (1+2+3+4+5)	26.107.827,49	26.803.189,00	22.160.416,58	22.220.152,92

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.1.3 Análise crítica

A 5ª Região Fiscal prioriza a aquisição de materiais e serviços através da modalidade licitatória do tipo Pregão, tanto pela agilidade como pela economicidade. Por outro lado, devido à dimensão da estrutura da Receita Federal do Brasil na 5ª RF, formada por 45 Unidades, torna-se indispensável o uso da dispensa de licitação para fazer face às diversas e variadas demandas de menor monta destas Unidades, daí a proximidade dos valores despendidos em pregões e dispensas de licitação. Já as inexigibilidades decorrem, em sua grande maioria, de treinamentos e contratações sem concorrência, como as de publicação legal, postagem e água.

Em relação às despesas correntes, como o contingenciamento de créditos orçamentários é anterior ao exercício de 2012, a Região Fiscal vem buscando a diminuição das despesas para que estas estejam sempre adequadas ao orçamento, como demonstra a diminuição ocorrida em 2012 dos demais elementos do grupo de despesa em relação a 2011. Essa mesma diminuição não pode ser observada em relação aos grupos 39, 37 e 36 pois são basicamente contratos de locação de imóveis e locação de mão de obra como vigilância e limpeza, indispensáveis ao funcionamento das Unidades e que sofrem reajustes legais anuais.

Já nas despesas de capital, observa-se uma migração da execução de despesas do grupo Equipamentos e Material Permanente para Obras e Instalações, já reflexo do programa da Receita Federal do Brasil de modernização das instalações de suas Unidades.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

ITEM 5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
(Item 5 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.1 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(Item 5.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 42: SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.690.450,87	1.393,80	1.641.103,18	47.953,89
2010	1.041.116,57	5.589,79	1.035.526,78	0,00
2009	639.100,61	0,00	639.100,61	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	4.493.353,82	928.307,19	3.242.082,32	322.964,31
2010	2.981.332,98	144.069,81	1.870.822,17	966.441,00
2009	2.433.386,38	215.263,85	2.215.675,53	2.447,00

Fonte: SIAFI Operacional

5.1.2 Análise Crítica

Os restos a pagar processados decorrem, em sua maioria, de compras de materiais e serviços realizadas próximas ao final do exercício e que, em razão dessa proximidade, só foram pagos no ano subsequente.

O montante de empenhos inscritos em restos a pagar não processados corresponde a aquisição de serviços e, em grande parte, a serviços continuados realizados no mês de dezembro/2011, cuja medição, faturamento e ateste ocorreram a partir de janeiro/2012, situação que reflete a impossibilidade de apropriação dos empenhos no exercício de sua emissão. Os demais se referem a aquisições cuja dotação orçamentária e emissão do empenho somente puderam ser efetuados próximos do final do mês de dezembro de 2011, restando prejudicada a entrega dos materiais e/ou a prestação dos serviços até o término do exercício.

Dos valores de 2010 reinscritos em restos a pagar no exercício de 2012, 64% corresponde a apenas quatro notas de empenho: 2010NE900200, 2010NE900953, 2010NE900954, 2010NE900955, que foram cancelados por execução incompleta dos objetos.

Assim, a Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal considera que as inscrições em restos a pagar processados e não processados não interferiram no bom andamento da gestão orçamentária e financeira das unidades gestoras da 5ª RF.

Observações:

1) Restos a Pagar Não Processados:

- O saldo a pagar de RP Não Processados em 31/12/2012 é igual ao somatório dos saldos das contas 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012;
- A conta 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR de 2012 não será uma conta de RP NÃO PROCESSADO em 2013. Como houve liquidação, no ano posterior os valores constantes nesta conta serão RP PROCESSADOS. Portanto, no ano seguinte apenas o saldo da conta 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR será reinscrita na conta 1.9.5.1.2.00.00 REINSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES;
- O saldo a pagar em 31/12/2012 está considerando os valores das contas 2.9.5.1.1.02.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012 e 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR.

2) Restos a Pagar Processados:

- O saldo a Pagar em 31/12/2012 de RP Processados é a soma dos empenhos da conta 1.9.5.2.1.01.00 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS de 2011 e anos anteriores.

3) As contas utilizadas para obtenção dos saldos são as descritas no quadro abaixo:

QUADRO 43: CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA APURAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (MI)	Cancelamentos Acumulados (C)	Pagamentos Acumulados (P)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (MI - C - P)
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195210100	195240000	295210200	
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (MI)	Cancelamentos Acumulados (C)	Pagamentos Acumulados (P)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (MI - C - P)
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195110000 e 195120000	195140000	295110300	

5.2 Informação sobre as Transferências Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso

(Item 5.3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.2.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 44: INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal									
CNPJ: 00.394.460/0090-17					UG/GESTÃO: 170078/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	01/2007	61.600.839/0001-55	3.797.859,80	-	15.697,30	566.566,68	05/08/07	10/10/11	6
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SIASG/SICONV									

5.2.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 45: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal				
CNPJ:		00.394.460/0090-17				
UG/GESTÃO:		170078/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	1	1	15.697,30	25.587,93	37.186,21
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	1	1	15.697,30	25.587,93	37.186,21

Fonte: SIASG/SICONV

5.2.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 46: RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
CNPJ: 00.394.460/0090-17			UG/GESTÃO: 170078/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	566.566,68	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIASG/SICONV

5.2.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 47: ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
CNPJ: 00.394.460/0090-17			UG/GESTÃO: 170078/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	0	-
			Quantidade de TCE	0	-
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	-	-	
Montante Repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado		-	-

Fonte: SIASG/SICONV

5.2.5 Análise Crítica

Fazendo uma retrospectiva, em 03/08/2007, foi celebrado o Convênio SRRF05 nº 01/2007 entre esta SRRF05 e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), visando a intermediação de programa de estágio, com possibilidade de vigência até 04/08/2012 e, como a legislação previa, repasse da bolsa auxílio ao conveniente (CIEE), razão que justifica o valor global de R\$3.797.859,80.

Após a celebração do convênio, foram publicadas, em setembro, as Portarias MPOG nº 313/2007 e 467/2007, consolidando procedimentos referentes à aceitação de estagiários pelos Órgãos da Administração Pública Federal. O art. 1º da Portaria MPOG nº 467/2007, que alterou a redação do art. 4º da Portaria 313/2007, estabeleceu que para a caracterização e definição do estágio era necessária a celebração de convênio ou contrato com instituições de ensino ou agentes de integração.

A opção por agente de integração vinha sendo a adotada por esta SRRF, entretanto, o mesmo artigo 1º da Portaria MPOG nº 467/2007 excluiu o parágrafo único do art. 4º da Portaria 313/2007 que previa: “No convênio poderá ser incluída cláusula para custeio das despesas necessárias à realização de seu objeto, especificado o valor referente à taxa de Administração”, o que inviabilizou a manutenção do convênio, já que o inciso I do Artigo 8º da IN STN nº 01/97 veda a realização de despesas a título de taxa de administração nos convênios. Desta forma, foi realizado o Pregão SRRF05 nº 12/2011, através do processo nº 10507.000296/2011-82, tornando-se necessária a denúncia do Convênio com o CIEE.

Encaminhada minuta de Termo de Rescisão Amigável para análise e aprovação da PFN/BA, foi emitido o Parecer CJ/PFN/BA/Nº 144/2011, que aprovava o citado termo com a recomendação de juntada aos autos da documentação referente à prestação de contas final do CIEE e demonstrativo de regularidade perante o SICAF, entre outras obrigações.

Assim, foi solicitada ao CIEE a apresentação da documentação (inclusive faturas) pendente para a rescisão amigável em reiterados contatos, telefônicos e por e-mail, para este fim, sem sucesso.

Considerando a necessidade urgente de assinar contrato com a empresa vencedora do Pregão SRRF05 nº 12/2011 e considerando ainda que a manutenção do convênio feria a Portaria estabelecida pelo MPOG, a Superintendência Regional da RFB da 5ª Região Fiscal entendeu como possível a realização de rescisão unilateral, com base no inciso XII do artigo 78 e inciso I do artigo 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, respeitando o direito ao contraditório e ampla defesa da parte.

Em contato telefônico mantido com a PFN/BA em 27/09/2011, foi sinalizado que não havia necessidade de novo envio do processo àquele Órgão, considerando que a análise jurídica quanto à rescisão já ocorrera.

Tendo em vista o exposto acima, esta Superintendência propôs a assinatura do termo de rescisão unilateral, com publicação no Diário Oficial da União e a abertura do prazo recursal de que trata o inciso I do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, já citada.

Em que pese a rescisão unilateral do convênio, é importante salientar que restou mantida a obrigação de efetuar os pagamentos devidos até a data da rescisão unilateral, conforme inciso II, parágrafo 2º do artigo 79 da Lei Federal 8.666/93, bem como a obrigação da Conveniente de apresentação da documentação referente à prestação de contas final.

Assim, apesar de juridicamente cancelado em outubro de 2011, apenas em 06 de janeiro de 2012 foi concluída a obrigação financeira da SRRF05 perante o CIEE, mediante a transferência de recursos no montante de R\$ 15.697,30 e, em 05 de novembro de 2012, a prestação de contas foi realizada e a baixa no sistema efetivada.

5.3 Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo "B" e Cartões de Pagamento do Governo Federal

(Item 5.4 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

5.3.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.3.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO 48: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
170072	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju	0,00	138,85	3.293,47	3.432,32
170078	Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal	0,00	0,00	15.729,11	15.729,11
170079	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador	0,00	0,00	10.328,94	10.328,94
170080	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana	0,00	1.037,66	13.070,57	14.144,23
170081	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista	0,00	1.639,05	12.184,80	13.823,85
170226	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador	0,00	0,00	5.407,05	5.407,05
170326	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari	0,00	200,00	6.819,78	7.019,78
170327	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna	0,00	3.865,00	26.678,95	30.543,95
170382	Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador	0,00	227,18	2.301,65	2.528,83
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0,00	7.143,74	95.814,32	102.958,06

Fonte: SIAFI e Auto Atendimento Setor Público

5.3.1.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 49: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	170072		Limite de Utilização da UG	12.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Guaracy Santos de Oliveira Silva	280.178.895-34	6.694,00	0,00	2.743,47	2.743,47
Willame Argolo Oliveira	383.689.005-49	3.639,00	138,85	550,00	688,85
Total Utilizado pela UG			138,85	3.293,47	3.432,32
Código da UG	170078		Limite de Utilização da UG	89.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Nelson Borges dos Santos	157.684.655-53	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Valdo Nascimento Amorim	125.752.085-72	20.000,00	0,00	15.729,11	15.729,11

Total Utilizado pela UG			0,00	15.729,11	15.729,11
Código da UG	170079	Limite de Utilização da UG	15.500,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Maria Auxiliadora de Assis Bastos	107.208.205-53	7.250,00	0,00	5.642,73	5.642,73
Maria de Brotas Rebouças Bastos	090.604.055-87	6.260,20	0,00	4.686,21	4.686,21
Total Utilizado pela UG			0,00	10.328,94	10.328,94
Código da UG	170080	Limite de Utilização da UG	0,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Joaquim Gomes da Costa Filho	105.336.135-15	0,00	0,00	755,12	755,12
Zaira Viveiros Barbosa Domingues	149.527.002-59	0,00	253,66	3.693,00	3.946,66
Hosanira Andrade Simões	213.400.485-15	0,00	140,00	3.593,12	3.733,12
Valdir Carvalho de Oliveira	173.015.135-34	0,00	680,00	2.949,00	3.629,00
Antonio Vilas Boas Teixeira	332.030.245-00	0,00	0,00	2.080,33	2.080,33
Total Utilizado pela UG			1.073,66	13.070,57	14.144,53
Código da UG	170081	Limite de Utilização da UG	150.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Sivaldo Fernandes Silva	120.628.121-91	40.000,00	599,13	4.607,10	5.206,23
Ednalva Oliveira Brito	182.625.205-30	40.000,00	1.039,92	7.577,70	8.617,62
Total Utilizado pela UG			1.639,05	12.184,80	13.823,85
Código da UG	170226	Limite de Utilização da UG	10.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marília Costa Cardoso	169.598.095-68	12.000,00	0,00	5.407,05	5.407,05
Total Utilizado pela UG			0,00	5.407,05	5.407,05
Código da UG	170326	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Bruno Sarno Braga	699.642.035-00	20.000,00	200,00	6.819,78	7.019,78
Total Utilizado pela UG			200,00	6.819,78	7.019,78
Código da UG	170327	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Valdely Santana	003.583.918-06	4.340,00	0,00	4.004,40	4.004,40
Juarez Nascimento Nogueira	064.084.355-72	7.090,00	890,00	4.111,61	5.001,61
Paulo Ângelo Carvalho de Souza	073.943.363-34	2.400,00	178,00	2.173,76	2.351,76
Juarez Silva Oliveira	114.208.205-91	7.900,00	1.535,00	5.197,74	6.732,74
Antônio Carlos Costa de Aguiar	125.145.945-53	1.600,00	0,00	992,78	992,78
Ângela Maria Martins Moraes	164.711.485-34	1.800,00	0,00	1.737,60	1.737,60
Jacimar Cardoso Ferreira Macedo	182.542.255-91	7.000,00	1.262,00	4.520,58	5.782,58
Sirlene dos Santos Rodrigues	206.716.955-68	2.000,00	0,00	1.982,00	1.982,00
Miguel Santa Inês Junior	566.622.545-68	2.100,00	0,00	1.958,48	1.958,48
Total Utilizado pela UG			3.865,00	26.678,95	30.543,95
Código da UG	170382	Limite de Utilização da UG	10.000,00		
	CPF	Valor do	Valor		Total

Portador		Limite Individual	Saque	Fatura	
Elliane Reinbold Rezende	623.174.905-34	10.000,00	227,18	2.301,65	2.528,83
Total Utilizado pela UG			227,18	2.301,65	2.528,83
Total Utilizado pela UJ			7.143,74	95.814,32	102.958,06

Fonte: SIAFI e Auto Atendimento Setor Público

5.3.1.3 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO 50: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	0,00	32	7.143,74	188	95.814,32	102.958,06
2011	0	0,00	32	6.314,52	139	78.644,80	84.959,32
2010	0	0,00	59	15.178,00	169	105.515,47	120.693,47

Fonte: SIAFI

5.3.1.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 51: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	91	102.958,06	85	84.689,59	77	119.932,12

Fonte: SIAFI

5.3.1.5 Análise Crítica

A aplicação de recurso através do suprimento de fundos, neste caso específico com a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, é a faculdade legal que o ordenador de despesas dispõe para sanar situações emergenciais ou excepcionais, para as quais, se fossem empregados os meios convencionais de licitação, ainda que através de dispensa ou inexigibilidade, poderiam, pela demora em sua conclusão, causar prejuízo significativo ao Órgão. Diante disto, convém, como medida de precaução, constituir suprimento de fundos para solucionar ou equilibrar situações inesperadas que no decorrer do exercício surgem com alguma frequência. Assim, os suprimentos de fundos foram constituídos nos termos da legislação pertinente, com todas as peças processadas. Em relação aos controles internos, os suprimentos de fundos são acompanhados através do SIAFI e do Auto Atendimento Setor Público do Banco do Brasil. Também são estabelecidos controles para que

a execução esteja de acordo com o objeto da concessão, e que a utilização na modalidade saque obedeça aos limites estabelecidos na Portaria MF nº 147/2008.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**ITEM 6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS
RELACIONADOS**

(Item 6 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

6.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

(Item 6.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Gestão da RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

De acordo com as informações da Cogep, as dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente ao novo modelo da Portaria TCU nº 150/2012, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de UPAG para RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessária para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme orientado na Portaria TCU nº 150/2012. Porém, a Cogep entende que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. A Cogep acredita que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados relativas à classificação de escolaridade dos servidores das DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo

órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 52: FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.584	1.264	-	55
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)	1.584	1.264	-	55
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.584	1.245	-	55
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.5. Servidores requisitados: § 7º do art. 93 da Lei 8112	-	2	-	-
1.2.6. Outros	-	16	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.584	1.264	-	55

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

Notas Explicativas:

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº 1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

QUADRO 53: FORÇA DE TRABALHO DA UJ: SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	1.584	808
Carreira PECFAZ	0	437

- Foram considerados como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
- Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
- Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.

- A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 54: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND*
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND*
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	8
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	34
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	22
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	9
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	1
3.6. Por Decisão Judicial	1
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	2
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	5
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	22
6.1. Licença Prêmio por Assiduidade	2
6.2. Licença Gestante	4
6.3. Licença para tratamento de saúde	16
6.4. Reclusão	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	73

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

*ND = Informação não disponível

Notas Explicativas:

- A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
- Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.
OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

- Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação à extração original da Prestação de Contas.
- As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente.
- Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.
- Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.
- De acordo com instrução obtida para a prestação de contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (16 a 18), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 55: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	41	40	8	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	40	8	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	41	40	8	6
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	179	172	44	46
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	179	172	44	46
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	220	212	52	52

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Notas Explicativas:

- Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.
- Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
- Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro 52.
- Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 56: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	72	174	313	404	89
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	72	172	310	390	89
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Outros*	-	2	3	14	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	5	51	83	67	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	7	20	11	2

2.3. Funções Gratificadas	5	44	63	56	4
3. Totais (1+2)	77	225	396	471	95

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

* O subitem “1.4. Outros” envolve: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 52 - Força de Trabalho.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 57: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	21	374	654	119	16	2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	20	367	646	119	16	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Outros*	-	-	-	1	7	8	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	28	184	45	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	40	17	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	28	144	28	1	1
3. Totais (1+2)	-	-	-	21	402	838	164	18	3

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

* O subitem "1.4. Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

Notas Explicativas:

- Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
- Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
- Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
- Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
- Na classe 7 foram incluídos os MBA.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 58: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	154.808.374,48	1.242,72	12.734.432,55	4.494.739,14	4.485.277,29	4.552.735,77	67.456,52	29.462,29	586.036,16	181.759.756,92
	2011	157.196.341,34	7.898,55	13.121.448,05	4.615.493,58	4.714.587,62	4.371.875,77	51.394,06		818.257,07	184.897.296,04
	2010	150.468.369,12	2.114,11	13.307.734,21	4.594.488,72	4.657.050,87	3.238.874,64	51.157,35	10.835,85	858.346,40	177.188.971,27
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	3.172.564,55	1.775,22	204.341,87	92.416,02	101.234,20	152.100,00	1.284,50	384,62	24.015,22	3.750.116,20
	2011	3.437.096,61	3.924,11	734.076,99	255.346,08	178.319,76	157.888,10	1.995,73		25.741,55	4.794.388,93
	2010	5.082.095,76	10.854,56	424.832,07	99.975,97	181.853,87	190.818,71	547,08		35.423,06	6.026.401,08
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	10.609.182,75	962.699,59	980.757,38	317.182,84	196.111,76	287.621,02	6.761,25	0,00	54.043,62	13.414.360,21
	2011	10.465.984,45	943.354,55	936.934,46	323.744,64	191.821,00	225.743,21	10.253,98	0,00	48.948,19	13.146.784,48
	2010	10.110.208,51	936.726,33	959.951,57	334.254,14	191.383,89	194.069,22	11.239,86	503,70	53.691,30	12.792.028,52
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	29.606.330,62	785.898,07	2.540.552,43	871.064,97	699.076,94	733.912,29	27.137,71	5.763,95	103.863,88	35.373.600,86
	2011	29.730.128,22	790.473,29	2.594.297,73	870.264,60	712.208,62	715.388,07	36.535,00	0,00	149.615,88	35.598.911,41
	2010	27.974.087,05	807.668,09	2.429.087,25	857.455,53	752.692,53	297.929,56	39.326,46	1.014,28	125.983,31	33.285.244,06

Fonte: DW Siapenet

Notas Explicativas:

- Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Prestação de Contas 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Prestações de Contas anteriores.
- Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
- A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - a) As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - b) Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - c) As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - d) A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC;
 - e) Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real; e
 - f) As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

QUADRO 59: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À FOLHA DE PAGAMENTO DA UJ EM 2012

Valores pagos a servidores da 5ª RF em 2012	
Tipologia	Valor (R\$)
Ajuda de Custo	218.642,18
Diárias	1.175.507,53
Transporte	0,00
Auxílio Moradia	0,00
Auxílio Funeral	26.576,99
TOTAL	1.420.726,70

Fonte: Siafi

Notas Explicativas:

- Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
- Em relação à prestação de contas anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

6.1.4 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

I - Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{N}^\circ \text{ de servidores} \times \text{N}^\circ \text{ de dias do ano}}$$

QUADRO 60: ABSENTEÍSMO NA UJ - EVOLUÇÃO DO INDICADOR

Ano	Absenteísmo
2010	2,17%
2011	2,01%
2012	2,30%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3.
Obs.: Dados extraídos em 28/01/2013.

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

II - Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Os resultados relativos a este indicador constam do Relatório de Gestão consolidado pelo órgão central da RFB.

III - Rotatividade (*turnover*)

Os resultados relativos a este indicador constam do Relatório de Gestão consolidado pelo órgão central da RFB.

IV - Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 5ª RF capacitou 72,89% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 5ª RF alocou em média 36,55 horas de capacitação em cada um dos seus servidores capacitados em 2012.

QUADRO 61: INDICADORES DE CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL DA UJ

Indicador	Resultado
Grau de Amplitude	72,89%
Grau de Aprofundamento	36,55 horas/servidor

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

O Quadro 32 (localizado no item 2.4 – Indicadores Estratégicos) apresenta informações adicionais sobre o desempenho da 5ª RF na área de capacitação e desenvolvimento do seu quadro funcional.

V - Disciplina

Os resultados relativos a este indicador constam do Relatório de Gestão consolidado pelo órgão central da RFB.

VI - Aposentadoria versus reposição do quadro

O Grau de Reposição de Aposentadorias apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$(\square \text{ entradas} - \square \text{ vacâncias} - \square \text{ exonerações}) / \square \text{ aposentadorias}$
Obs.: As entradas consideraram provimento originário e derivado.

QUADRO 62: GRAU DE REPOSIÇÃO DE APOSENTADORIAS NA UJ – EVOLUÇÃO DO INDICADOR

Ano	Grau de Reposição
2011	-128,57%
2012	-60,61%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Os resultados apresentados no quadro explicitam que os ingressos de servidores na 5ª RF em 2012 continuaram sendo insuficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

6.2 Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários

(Item 6.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

6.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 63: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/ARACAJU

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju													
UG/Gestão: 170072/00001							CNPJ: 00.394.460/0092-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	07/2007	16.208.738/0001-89	01/10/07	30/09/12	-	-	16	16	-	-	E
2012	V	O	14/2012	14.531.173/0001-40	01/10/12	30/09/13	-	-	15	16	-	-	A
2011	L	O	02/2011	09.305.041/0001-60	18/03/11	17/12/12	13	13	-	-	-	-	E
2012	L	O	19/2012	24.270.795/0001-16	18/12/12	17/12/13	14	14	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 64: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – SRRF05

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal													
UG/Gestão: 170078/00001							CNPJ: 00.394.460/0090-17						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	25/2011	70.237.672/0002-81	01/07/12	30/04/13	6	6	-	-	-	-	A
2010	V	O	53/2010	70.237.672/0002-81	14/01/11	13/05/14	37	28	-	-	-	-	P
2011	L	E	47/2011	01.524.224/0001-65	02/01/12	30/06/12	24	24	-	-	-	-	E
2012	L	O	04/2012	04.999.113/0001-01	03/07/12	02/03/14	24	24	-	-	-	-	A

Observações: O contrato 25/2011 foi publicado com vigência 01/09/2011 a 30/04/2013, no entanto, considerando cláusula expressa, sua execução e conseqüentes efeitos financeiros ocorreram a partir de 01/07/2012. O contrato 53/2010 teve termo aditivo de supressão, que excluiu 7 postos, equivalente a 09 trabalhadores.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 65: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador													
UG/Gestão: 170079/00001						CNPJ: 00.394.460/0091-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Observações: Não ocorreu no período. Esta UG ocupa o mesmo prédio da UG 170078, que administra os contratos de limpeza e vigilância.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

QUADRO 66: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/FEIRA DE SANTANA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana													
UG/Gestão: 170080/00001						CNPJ: 00.394.460/0093-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	4/2011	02.534.128/0001-60	05/10/11	04/06/13	28	28	-	-	-	-	A
2011	L	O	5/2011	09.576.446/0001-33	14/12/11	13/08/13	21	21	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 67: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/VITÓRIA DA CONQUISTA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista													
UG/Gestão: 170081/00001						CNPJ: 00.394.460/0094-40							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	02/2011	05.248.988/0001-26	18/11/11	17/04/13	20	20	-	-	-	-	A
2012	L	O	01/2012	12.633.102/0001-23	14/02/12	14/10/13	12	12	-	-	-	-	A

2010	L	O	29/2010	09.135.406/0001-56	01/07/10	29/02/12	12	12	-	-	-	-	E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos													

QUADRO 68: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – ALF/PORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador													
UG/Gestão: 170226/00001							CNPJ: 00.394.460/0210-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	L	O	27/2010	02.287.038/0001-12	01/07/10	29/02/12	9	9	-	-	-	-	E
2012	L	O	01/2012	12.633.102/0001-23	01/03/12	31/10/13	9	9	-	-	-	-	A
2011	V	E	01/2011	70.237.672/0002-81	17/10/11	31/01/12	20	20	-	-	-	-	E
2012	V	O	02/2012	70.237.672/0002-81	01/02/12	30/09/13	-	-	20	20	-	-	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos													

QUADRO 69: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – DRF/CAMAÇARI

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari													
UG/Gestão: 170326/00001							CNPJ: 00.394.460/0467-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2010	L	O	34/2010	09.576.446/0001-33	01/08/10	31/03/12	3	3	-	-	-	-	E
2012	L	E	01/2012	04.374.998/0001-45	02/05/12	30/09/12	-	-	3	3	-	-	E
2012	L	O	02/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	-	-	3	3	-	-	A
2011	V	O	06/2011	02.534.128/0001-60	01/01/12	31/08/13	-	-	5	5	-	-	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos													

**QUADRO 70: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA
OSTENSIVA – DRF/ITABUNA**

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna													
UG/Gestão: 170327/00001							CNPJ: 00.394.460/0464-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	01/2007	01.383.525/0001-16	02/01/08	31/12/12	11	11	-	-	-	-	E
2007	V	O	03/2007	05.654.919/0001-12	01/10/07	30/09/12	-	-	15	15	-	-	E
2012	V	E	04/2012	05.645.919/0001-12	01/10/12	31/03/13	-	-	16	16	-	-	A
2012	V	O	01/05/11	03.613.941/0001-74	01/01/12	31/08/13	-	-	4	4	-	-	A
Observações: No contrato de limpeza não há especificação do nível de escolaridade. No contrato de vigilância consta o emprego de vigilantes profissionalmente capacitados.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos													

6.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 71: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/ARACAJU

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju													
UG/Gestão: 170072/00001							CNPJ: 00.394.460/0092-89						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	06/2010	09.576.446/0001-33	14/06/10	11/09/12	-	-	2	2	-	-	E
2010	4	O	09/2010	10.836.886/0001-61	05/07/10	04/07/12	1	1	-	-	-	-	E
2012	4	O	10/2012	07.119.176/0001-06	05/07/12	04/07/13	1	1	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 72: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – SRRF05

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal													
UG/Gestão: 170078/00001							CNPJ: 00.394.460/0090-17						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	4	E	47/2011	01.524.224/0001-65	02/01/12	30/06/12	6	6	-	-	-	-	E
2012	4	O	04/2012	04.999.113/0001-01	03/07/12	02/03/14	6	6	-	-	-	-	A
2008	9	O	07/2008	07.474.287/0001-30	11/09/08	10/09/12	7	7	-	-	-	-	E
2012	9	O	08/2012	02.948.998/0001-86	01/10/12	31/05/14	9	9	-	-	-	-	A
2011	12	O	23/2011	09.040.769/0001-08	21/06/11	20/06/13	-	-	-	-	-	-	P
2011	2	O	34/2011	07.244.760/0001-93	02/12/11	01/08/13	-	-	2	2	-	-	A
2010	10	O	52/2010	18.981.068/0001-64	14/01/11	13/09/12	8	8	-	-	-	-	E
2012	10	O	09/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	8	8	-	-	-	-	A

Observações: O contrato 23/2011 refere-se a serviços eventuais de contador e carregador de mercadorias da Divisão de Repressão. Contratos estimados em diárias para pagamento daquelas efetivamente prestadas.

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;		
4. Copeiragem;		
5. Recepção;		
6. Reprografia;		
7. Telecomunicações;		
8. Manutenção de bens móveis		
9. Manutenção de bens imóveis		
10. Brigadistas		
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes		
12. Outras		

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 73: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador													
UG/Gestão: 170079/00001							CNPJ: 00.394.460/0091-06						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	35/2011	11.176.432/0001-74	01/02/12	30/09/13	-	-	2	2	-	-	A
2011	12	O	36/2011	63.235.220/0001-14	01/02/12	30/09/13	2	2	-	-	-	-	A
2012	5	O	02/2012	01.524.224/0001-65	01/02/12	30/09/13	-	-	8	8	-	-	A
2012	12	O	03/2012	08.528.285/0001-40	01/02/12	30/09/13	-	-	2	2	-	-	A

Observações: O contrato 36/2011 refere-se a serviços de carregador. O contrato 03/2012 a serviços de mensageiro.

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;		
4. Copeiragem;		
5. Recepção;		
6. Reprografia;		
7. Telecomunicações;		
8. Manutenção de bens móveis		
9. Manutenção de bens imóveis		
10. Brigadistas		
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes		
12. Outras		

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 74: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/FEIRA DE SANTANA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia Da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana													
UG/Gestão: 170080/00001							CNPJ: 00.394.460/0093-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
Início	Fim	P	C	P	C	P	C						

							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	01/03/09	00.632.068/0001-93	03/06/09	02/10/12	2	2	-	-	-	-	P
Observações: Contrato de manutenção elétrica, lógica e telefônica.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 75: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRE/VITÓRIA DA CONQUISTA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista													
UG/Gestão: 170081/00001							CNPJ: 00.394.460/0094-40						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	4	O	04/2007	04.124.250/0001-94	0705/07	30/04/12	1	1	-	-	-	-	E
2012	4	O	04/2012	16.364.275/0001-44	08/05/12	08/05/13	1	1	-	-	-	-	A
2012	5	O	06/2012	16.364.275/0001-44	01/06/12	31/01/14	-	-	9	9	-	-	A
2012	12	O	05/2012	16.364.275/0001-44	15/05/12	14/05/13	2	2	-	-	-	-	A
Observações: O contrato 05/2012 refere-se a serviços de carregador.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 76: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – ALF/PORTE DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador													
UG/Gestão: 170226/00001							CNPJ: 00.394.460/0210-68						
Informações sobre os Contratos													

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	18/2010	07.633.003/0001-01	01/07/10	31/10/13	-	-	3	3	-	-	P
2011	12	O	17/2011	11.176.432/0001-74	03/03/11	02/07/14	1	1	-	-	-	-	P
2011	12	O	38/2011	11.176.432/0001-74	12/12/11	11/08/13	2	2	-	-	-	-	A
2010	4	O	27/2010	02.287.038/0001-12	01/07/10	29/02/12	2	2	-	-	-	-	E

Observações: O contrato 17/2011 refere-se a serviços de mensageiro. O contrato 3//2011, de carregador.

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 77: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/CAMAÇARI

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari													
UG/Gestão: 170326/00001							CNPJ: 00.394.460/0467-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	02/2011	10.576.605/0001-89	01/03/11	15/08/12	-	-	2	2	-	-	E
2010	2	O	09/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/08/13	-	-	1	1	-	-	P
2010	12	O	10/2010	07.633.003/0001-01	06/04/10	05/08/13	2	2	-	-	-	-	P
2007	4	O	22/2007	04.124.250/0001-94	03/07/07	02/07/12	1	1	-	-	-	-	E
2010	4	O	35/2010	09.576.446/0001-33	01/08/10	31/03/12	1	1	-	-	-	-	E
2012	4	O	02/2012	08.307.120/0001-48	01/10/12	31/05/14	-	-	2	2	-	-	A
2007	5	O	23/2007	04.124.250/0001-94	03/07/07	02/07/12	-	-	4	3	-	-	E
2012	5	O	03/2012	14.513.052/0001-76	01/01/13	31/12/13	-	-	4	4	-	-	A

Observações: Contrato nº 10/2010, refere-se a serviço de operador de carga e descarga.

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis

- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 12. Outras

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 78: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – DRF/ITABUNA

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna													
UG/Gestão: 170327/00001							CNPJ: 00.394.460/0464-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	20/2010	07.633.003/0001-01	01/06/10	30/09/13	3	3	-	-	-	-	P
2012	04	O	01/2012	08.528.285/0001-40	14/04/12	16/11/13	1	1	-	-	-	-	A
2010	4	O	25/2010	08.945.303/0001-99	01/07/10	29/02/12	1	1	-	-	-	-	E
2011	05	O	04/2011	11.176.432/0001-74	01/12/11	31/07/13	-	-	10	10	-	-	A
2008	09	O	05/2008	29.739.737/0010-01	01/08/08	31/07/13	-	-	1	1	-	-	P

Observações: O contrato 20/2010 (área 12) trata de prestação de serviços de carregador.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

QUADRO 79: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA – ALF/AEROPORTO DE SALVADOR

Unidade Contratante													
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador													
UG/Gestão: 170382/00001							CNPJ: 00.394.460/0466-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	02/2012	11.756.919/0001-26	05/03/12	04/03/17	-	-	1	1	-	-	A
2012	4	O	05/2012	08.528.285/0001-40	14/05/12	13/05/17	1	1	-	-	-	-	A
2010	5	O	05/2010	11.176.432/0001-74	06/09/10	05/09/15	-	-	2	2	-	-	A
2012	5	O	03/2012	11.176.432/0001-74	02/01/13	01/01/18	-	-	1	1	-	-	A

Observações: O contrato 24/2010 com término previsto em 09/02/12, foi descontinuado em dez/11 por abandono da

empresa 08.945.303/0001-01 que parou de prestar o serviço contratado, não efetuou o pagamento dos funcionários e fechou sua sede.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG e consulta direta aos contratos

6.2.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 80: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	95	103	105	103	582.850,51
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	95	103	105	103	582.850,51
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	95	103	105	103	582.850,51

Fonte: DW Siape

Notas Explicativas:

- Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.
- Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte Estagiário, sem considerar os descontos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

ITEM 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

(Item 7 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

7.1 Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

(Item 7.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

As normas que regulamentam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos nas unidades da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal são a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2008, a Lei 1.081/1950, o Decreto nº 6.403/2008 e a IN MPOG 09/1994.

Os veículos são essenciais ao desenvolvimento das atividades do Órgão, considerando as suas características e jurisdição de atuação, que abrange os estados da Bahia e de Sergipe. Assim, eles são usados nas atividades de fiscalização tributária e aduaneira, para suporte na área de logística e gestão de pessoas, como transporte de servidores em serviço, de documentos e de equipamentos.

A 5ª Região Fiscal possui 51 veículos com idade média de 8,5 anos e média anual de 9.600 quilômetros rodados por veículo. Os custos com manutenção da frota no exercício 2012 somaram R\$273.297,75. Informações detalhadas sobre a frota da 5ª RF podem ser verificadas no quadro da página seguinte.

As unidades não possuem veículos locados, pois existe a facilidade de incorporação ao patrimônio, de veículos apreendidos por este Órgão em operações de fiscalização.

As unidades apresentam demanda de carros mais novos, no entanto, novas aquisições, se não feitas através de incorporações por apreensões, dependerão de programação nacional, uma vez que as aquisições, se ocorrerem, serão centralizadas nas Unidades Centrais em Brasília.

Na 5ª Região Fiscal são adotados controles manuais de saídas e chegadas de veículos, de quilometragem percorrida, de custos de manutenção e de abastecimento e consumo de combustível. Também busca-se adotar a sistemática de programação de viagens a fim de racionalizar e economizar os deslocamentos de veículos.

QUADRO 81: DETALHES SOBRE A COMPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Gestora: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal					
Código da UG: 170078					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Land-Rover	Freelander 2 SI6	2008	Utilitário e institucional	2.913	Incorporado
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	4251	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	4391	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	0	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	0	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	700	Adquirido
Volkswagen	S-10	2002	Utilitário e institucional	12576	Adquirido
Chevrolet	Blazer Colina	2005	Utilitário e institucional	11446	Incorporado
Ford	Caminhão CARGO 815	2002	Pesado e repressão	26	Incorporado
Ford	Caminhão CARGO 2422 E	2009	Pesado e repressão	4260	Incorporado
Ford	Caminhão CARGO 1215	1998	Pesado e repressão	8897	Incorporado
Chevrolet	S-10	2002	Utilitário e institucional	0	Adquirido
Chevrolet	Astra Sedan	2005	Utilitário e repressão	1218	Adquirido
Chevrolet	Astra Sedan	2005	Utilitário e repressão	180	Adquirido
Ford	Ranger XLT 13	2005	Utilitário e repressão	3045	Adquirido
Ford	Ranger XLT 13	2005	Utilitário e repressão	3537	Adquirido
Ford	Ranger XLT 13	2005	Utilitário e repressão	2010	Adquirido
Peugeot	Van Boxer	2005	Utilitário e repressão	2275	Adquirido
Peugeot	Van Boxer	2005	Utilitário e repressão	131	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	821	Adquirido
Fiat	Elba Weekend	1994	Leve e Institucional	0	Transferência
Toyota	Land Cruiser	1998	Utilitário e institucional	0	Incorporado
Mercedes	Benz	2005	Utilitário e institucional	0	Incorporado
Renault	Kangoo SPW1616	2009	Leve e Institucional	0	Incorporado
Total de veículos da UG				24	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 82.086,88	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 42.176,10	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória da Conquista					
Código da UG: 170081					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Chevrolet	S10	2002	Utilitário Fiscalização	9.601	Adquirido
Chevrolet	S10	2002	Utilitário Fiscalização	11112	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Leve Fiscalização	2.722	Adquirido
Total de veículos da UG				3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 3.315,26	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 4.426,78	
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna					
Código da UG: 170327					
Marca	Modelo	Ano Fábrica	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Toyota	Tundra	2008	Utilitário e Institucional	9.016	Incorporado
Fiat	Ducato	2006	Utilitário e Institucional	5.251	Incorporado
Ford	F-350	1991	Utilitário e Institucional	60	Incorporado
Chevrolet	Astra	2008	Utilitário e Institucional	502	Incorporado
Chevrolet	S10 C.Dupla 2.8	2002	Utilitário e Institucional	9.653	Adquirido
Chevrolet	S10 C.Dupla 2.8	2002	Utilitário e Institucional	12.136	Adquirido
Fiat	Strada	2008	Utilitário	4.399	Incorporado
Total de veículos da UG				7	

Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 12.405,81
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 13.579,16
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju Código da UG: 170072					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Volkswagen	Parati	2002	Leve e Institucional	5.137	Adquirido
Chevrolet	Caminhonete	2002	Utilitário e Institucional	11.601	Adquirido
Chevrolet	Caminhonete	2002	Utilitário e Repressão	8.988	Adquirido
Chevrolet	Caminhonete	1997	Utilitário e Institucional	2.100	Adquirido
Volkswagen	Caminhão	2004	Utilitário e Institucional	5.274	Adquirido
Total de veículos da UG					5
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 14.410,97
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 7.303,91
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana Código da UG: 170080					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Chevrolet	S-10 2.8	2002	Utilitário	20.000	Adquirido
Chevrolet	S-10 2.8	2002	Utilitário	20.000	Adquirido
Chevrolet	S-10 2.8	2002	Utilitário	20.000	Adquirido
Volkswagen	Parati	2002	Passageiros	7000	Adquirido
Total de veículos da UG					4
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 16.336,00
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 11.061,03
Unidade Gestora: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Salvador Código da UG: 170226					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e Repressão	8.530	Adquirido
Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e Repressão	12.217	Adquirido
Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e Repressão	7.538	Adquirido
Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e Repressão	19.179	Adquirido
Chevrolet	S-10	2003	Utilitário e Repressão	7.740	Adquirido
Volkswagen	Parati	2003	Utilitário e Repressão	10.450	Adquirido
Total de veículos da UG					6
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 22.510,00
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 12.240,00
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari Código da UG: 170326					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Chevrolet	S-10	2001	Utilitário institucional	15.000	Adquirido
Total de veículos da UG					1
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência*					R\$
Despesas da UG com combustível no exercício de referência*					R\$
Unidade Gestora: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional de Salvador Código da UG: 170382					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza
Ford	Ranger XLT 13	2005	Utilitário e Repressão	5.571	Adquirido
Ford	Ranger XLT 13	2005	Utilitário e Repressão	4.286	Adquirido
Total de veículos da UG					2
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 3.850,00
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 2.497,96
Unidade Gestora: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador Código da UG: 170079					
Marca	Modelo	Ano Fábri-ca	Tipo e Uso	Km Média Anual	Natureza

Chevrolet	Meriva	2009	Leve e repressão	24.000	Incorporada
Ford	Fiesta	2010	Leve e repressão	24000	Incorporada
Chevrolet	Montana	2007	Utilitário e repressão	8000	Incorporada
Total de veículos da UG				3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência				R\$ 8.000,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência				R\$ 10.000,00	
TOTAL DE VEÍCULOS DA UJ				268	
DESPESAS DA UJ COM MANUTENÇÃO DO EXERCÍCIO				R\$ 443.650,82	
DESPESAS DA UJ COM COMBUSTÍVEL NO EXERCÍCIO				R\$ 654.338,86	

Fonte: Divisão de Programação e Logística da 5ª Região Fiscal (Dipol/SRRF05)

* As despesas do veículo da Delegacia da Receita Federal em Camaçari são pagas pela SRRF05.

7.2 Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

(Item 7.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 82: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF BAHIA	9	9
	Santo Amaro	1	1
	Feira de Santana	2	2
	Jacobina	1	1
	Juazeiro	1	1
	Euclides da Cunha	0*	0
	Ribeira do Pombal	0*	0
	Paulo Afonso	0*	0
	Ibotirama	0*	0
	Irecê	0*	0
	Itabuna	1	1
	Ilhéus	1	1
	Itapetinga	1	1
	Vitória da Conquista	1	1
Subtotal Brasil		9	9
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9
* Observação: Em 2012, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana recebeu por doação cinco terrenos para construção de novas sedes das agências de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Paulo Afonso, Irecê e Ibotirama. Todos os documentos foram encaminhados à Secretaria do Patrimônio da União para os necessários registros, que ainda não haviam se efetivado ao final do exercício de 2012, razão pela qual os referidos imóveis não foram incluídos no quadro.			
Fonte: SPIUNET e EDIFICA			

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 83: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF BAHIA	26	28
	Salvador	1	1
	Barreiras	1	1
	Euclides da Cunha	0	1
	Paulo Afonso	0	1
	Ribeira do Pombal	1	1
	Ibotirama	1	1
	Macaúbas	1	1
	Senhor do Bonfim	1	1
	Seabra	1	1
	Serrinha	1	1

	Itaberaba	1	1
	Irecê	1	1
	Cruz das Almas	1	1
	Santo Antônio de Jesus	1	1
	Jequié	1	1
	Brumado	1	1
	Santa Maria da Vitória	1	1
	Guanambi	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	1
	Camaçari	1	1
	Alagoinhas	1	1
	Itabuna	1	1
	Valença	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	Ipiaú	1	1
	Eunápolis	1	1
	Porto Seguro	1	1
	Itamaraju	1	1
	UF SERGIPE	6	6
	Aracaju	1	1
	Estância	1	1
	Itabaiana	1	1
	Lagarto	1	1
	Nossa Senhora das Dores	1	1
	Propriá	1	1
	Subtotal Brasil	32	34
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	32	34

Fonte: SPIUNET e EDIFICA

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO 84: BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170080	3515.00001.500-4	12	4	57.959,22	31/10/11	936.769,13	0,00	4.000,00
170080	3515.00002.500-0	12	4	604.039,64	31/10/11	8.878.613,60	0,00	18.806,00
170080	3651.00003.500-8	12	4	9.999,00	13/10/11	238.967,77	0,00	0,00
170080	3669.00030.500-8	13	4	166.280,78	10/10/11	301.410,88	0,00	4.007,00
170080	3871.00001.500-4	11	6	55.216,81	13/10/11	285.801,34	0,00	1.110,00
170081	3629.00003.500-1	12	4	42.172,45	30/01/12	98.801,33	0,00	0,00
170081	3965.00060.500-8	15	4	24.740,00	09/12/11	24.740,00	0,00	55.044,83
170327	3597.00054.500-8	13	6	1.459.139,21	28/10/11	1.459.139,21	0,00	0,00
170327	3573.00193.500-7	15	4	1.253.455,32	20/10/11	1.253.455,32	0,00	0,00
Total							0,00	108.851,22

Fonte: SPIUNET e SIAFI

Análise Crítica

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador funciona no mesmo edifício da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, em prédio alugado, cadastrado na sua totalidade pela Superintendência.

Todos os imóveis da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju são locados, pois inexitem, na região, imóveis próprios nacionais capazes de abrigar as unidades, e, pela impossibilidade devido a restrições orçamentárias, de adquirir, pelo menos no momento, imóveis para este fim.

Em 2012 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana recebeu por doação cinco terrenos para construção de novas sedes das agências de Euclides da Cunha, Ribeira do Pombal, Paulo Afonso, Irecê e Ibotirama. Todos os documentos foram encaminhados à Secretaria do Patrimônio da União para os necessários registros. Além dos terrenos já obtidos busca-se terrenos para as agências de Cruz das Almas, Itaberaba, Serrinha e Macaúbas. As agências de Euclides da Cunha e Paulo Afonso funcionam em imóveis cedidos por comodato a título gratuito. Processos: 10530.000001/2012-61 e 10530.000071/2012-10.

A Alfândega do Porto de Salvador ocupa 3 imóveis, sendo que 2 deles (sede da Alfândega e sede da Inspetoria de Aratu) são cedidos pela Codeba – Companhia de Docas do Estado da Bahia, sem ônus pela cessão. O terceiro imóvel, onde funciona o Depósito de Mercadorias Apreendidas, ainda não teve a entrega à Receita Federal formalizada pela Secretaria de Patrimônio da União.

Os imobilizados em uso pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Camaçari possuem contratos de locação que expiram em 2013 e a Unidade estará, em breve, promovendo busca de alternativas para instalação ou negociação de condições mais adequadas de uso com os respectivos proprietários.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Itabuna recebeu doação de terreno no final do ano de 2012, para o qual já está iniciando procedimento para incorporação ao patrimônio da União.

A Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto de Salvador não dispõe de nenhum patrimônio imobiliário. Suas instalações são em área cedida pela Infraero, para que a Receita Federal possa realizar suas funções na fiscalização de passageiros e bagagens e na importação e exportação de bens e mercadorias. Essa cessão não é formalizada e o imóvel, de propriedade da Infraero, é construído em área cedida pelo Ministério da Aeronáutica.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**ITEM 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL**

(Item 9 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

8.1 Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

(Item 9.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

QUADRO 85: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">Com a compra de lâmpadas econômicas e aparelhos de ar-condicionado com certificação de baixo consumo, houve redução no consumo de energia elétrica.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none">Comunicações por e-mail, cartazes e reuniões.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p>Considerações Gerais: Por se tratar de relatório de gestão consolidado, além da resposta dos gestores da unidade consolidadora (SRRF05), foram também colhidas respostas dos gestores de todas as 8 (oito) unidades consolidadas (Delegacias e Alfândegas da 5ª Região Fiscal). A pontuação registrada como resposta e cada item deste quadro corresponde ao valor atribuído com maior frequência (moda) pelos gestores nos respectivos elementos avaliados.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

(Item 9.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 5ª Região Fiscal não possui uma política sistematizada para estímulo ao uso racional de papel, energia elétrica e água em âmbito regional. Entretanto, a UJ coloca em prática algumas iniciativas locais, como: envio de mensagens por meio de correio eletrônico para orientação dos servidores quanto ao uso racional dos recursos; desligamento programado dos aparelhos de ar-condicionado às 18 horas até as 8 horas do dia seguinte; disponibilização de coletores de papéis descartados, para fins de reciclagem, mediante doação a entidade previamente definida por sorteio.

QUADRO 86: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	13.819 resmas	8.940 resmas	14.661 resmas	117.641,50	86.814,20	132.824,40
Água	20.592 m ³	20.859 m ³	22.225 m ³	373.168,93	353.594,37	352.828,14
Energia Elétrica	4.107.242 Kw	4.262.181 Kw	4.198.760 Kw	2.155.735,44	2.080.943,23	1.946.478,05
			Total	2.646.545,87	2.521.351,80	2.432.130,59

Fonte: SIAFI e SIADS

Esta UJ não preencheu a 1ª parte do Quadro A.9.2 do Anexo I da Portaria TCU nº 150/2012, pois não possui informação a ser prestada, tendo em vista que não realizou adesão a qualquer programa de gestão ligado à temática da sustentabilidade ambiental.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**ITEM 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E
NORMATIVAS**

(Item 10 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

9.1 Informações sobre as Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatório de Auditoria do Órgão de Controle Interno

(Item 10.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 87: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO - SRRF05

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 5ª REGIÃO FISCAL (SRRF05)					003156
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.324/2011-0	2127/2012- 1ª Câmara	1.6	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB – 5ª REGIÃO FISCAL (SRRF05)					003156
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 5ª Região Fiscal que informe, nas próximas contas, se as seguintes impropriedades apontadas pela equipe de auditoria da SFCI/CGU foram corrigidas: i) ausência de segregação das funções de atualização cadastral e elaboração da folha de pagamentos; ii) fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre bens de uso especial da união sob a responsabilidade da Unidade, tais como falta de cadastramento dos imóveis alugados de terceiros e falta de atualização das avaliações dos imóveis; e, iii) ausência de pesquisa de preços no mercado local.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS (DIGEP-5ª RF) – subitem “i”					093086
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (DIPOL-5ª RF) – subitens “ii” e “iii”					005075
Síntese da Providência Adotada					
<p>i) Recomposição da equipe da Divisão de Gestão de Pessoas de forma a tornar possível a completa segregação de funções, de acordo com as permissões e perfis do sistema SIAPE. Os responsáveis pelo cadastro e pela folha de pagamentos são servidores diferentes, estando, inclusive, em salas separadas.</p> <p>ii) Cadastramento de todos os imóveis, da União e alugados, sob responsabilidade das unidades da SRRF05 no SPIUnet, com exceção dos cedidos para uso da RFB, mas pertencentes a outras instituições, como Infraero, Codeba e SPU. Atualização das avaliações de 95% dos imóveis da região: de um total de 43, apenas 2 não foram atualizados até o final de 2011. Atualmente, todos os imóveis estão atualizados.</p> <p>iii) A UJ a que se refere este subitem (Delegacia da RFB em Itabuna/BA) já adotava o rito feito na recomendação encaminhada pela CGU, exceção ocorrida na contratação indicada no Relatório de Auditoria. A UJ vem cumprindo rigorosamente com as normas estabelecidas para as diversas contratações. Foram realizadas reuniões com os responsáveis pelos procedimentos para reforçar as orientações e evitar as falhas.</p> <p>Obs.: As providências acima indicadas foram adotadas ainda em 2011, tendo em vista as recomendação emitidas pela CGU em seu Relatório de Auditoria 201108602. Em razão disso, a síntese de providências acima, bem como os resultados obtidos e a análise crítica apresentados abaixo, foram devidamente explicitados no Relatório de Gestão da SRRF05 referente ao exercício 2011.</p> <p>Este conteúdo é novamente explicitado aqui neste Relatório de Gestão, levando-se em consideração a determinação posterior da 1ª Câmara do TCU, descrita acima.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>i) Segurança e transparência no desenvolvimento das atividades.</p> <p>ii) Melhor acompanhamento e controle dos imóveis sob responsabilidade das unidades da SRRF05.</p> <p>iii) A adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos da Administração Pública traz economicidade nos valores das contratações, além de agilizar o processo de aquisições de bens. Nas adesões adotadas nesta UJ, todas as pesquisas de mercado realizadas tiveram valores superiores aos encontrados nas Atas utilizadas.</p>					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

i) O Siape tem avançado continuamente na integração dos módulos de cadastro e folha de pagamentos. Isso significa que ao atualizar o módulo de cadastro já há repercussão automática na folha de pagamentos. Antigamente, o cadastro era atualizado e isso não tinha repercussão na folha de pagamentos, então outro lançamento deveria ser efetuado na folha de pagamentos e, dessa forma, poderia ser feito por duas pessoas diferentes, porém hoje, para esses casos, não é possível. Assim, essa integração dos módulos de cadastro e folha de pagamentos por si só já impede a segregação de diversas atividades. Contudo, mesmo assim não há perda da segurança, pois nenhuma atividade é exclusivamente executada/autorizada/realizada sem a participação de um outro servidor: seja pela assinatura de despacho autorizativo no processo pela chefia, ou pela assinatura de formulário autorizando a concessão do benefício pela chefia.

A saída contínua de servidores do órgão, especialmente dos Auditores e Analistas, em virtude de aposentadorias, e a vacância de Assistentes Técnicos Administrativos (posse em outro cargo inacumulável) tem reduzido significativamente o quadro de pessoal, dificultando a recomposição das equipes de trabalho.

ii) O SPIUnet pertence a outro ministério e tem trâmites próprios. Os dois imóveis que ficaram pendentes em 2011 foram atualizados antes do final do ano. Porém, por falhas no procedimento e limitações do sistema, não ficaram 100% corretos.

iii) Exceto a situação indicada no relatório, os procedimentos normativos já eram utilizados na UJ.

QUADRO 88: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – DRF/ARACAJU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM ARACAJU					003312
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	022.871/2009-6	181/2012 - Plenário	9.1.	Determinação	Ofício 167/2012 – TCU/SECEX-AC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM ARACAJU					003312
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar que os órgãos gestores a relacionados no item 9.4, abaixo, apresentem a este Tribunal, no prazo de quinze dias, comprovação da cessação dos pagamentos objeto do Acórdão proferido pela Primeira Câmara, em 23/03/1999, no âmbito do TC nº 800.049/1998-5, efetuados até, no máximo, outubro de 2009, em benefício dos servidores, ativos ou inativos, relacionados no item 9.3, abaixo;					
9.4. encaminhar cópias da presente deliberação às seguintes unidades jurisdicionadas ao TCU para conhecimento da matéria tratada nos autos:					
(...)					
9.4.6. DRF/SE: Delegacia da Receita Federal em Sergipe;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS (SAGEP/DRF-ARACAJU)					093340
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento dos documentos comprobatórios ao TCU/SECEX-AC. A documentação apresentada foi transferida do TCU/SECEX-AC para o TCU/SECEX-SE para análise.					
Ainda não houve definição pelo TCU sobre a matéria, frisando que houve espontânea visita de representantes da DRF-Aracaju à SECEX/SE para prestar possíveis esclarecimentos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Nada a informar.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada a informar.					

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve registro de deliberações do TCU pendentes de atendimento pela SRRF05 ou pelas suas unidades jurisdicionadas ao final do exercício de 2012.

9.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não houve registro de recomendações decorrentes de relatório de auditoria do OCI atendidas pela SRRF05 ou pelas suas unidades jurisdicionadas durante o exercício de 2012.

9.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 89: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI			012530
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201114408-1	2	Correio eletrônico
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DELEGACIA DA RFB EM CAMAÇARI			012530
Descrição da Recomendação			
Promover e formalizar os devidos processos licitatórios, de dispensa ou inexigibilidade, de forma a não mais realizar despesas indevidas a título de reconhecimento de dívida em relação aos seguintes serviços: - Telefonia de longa distância da DRF-Camaçari e de sua Agência em Alagoinhas; - Fornecimento de energia elétrica para a Agência em Alagoinhas; - Malote para a DRF-Camaçari e sua Agência em Alagoinhas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA (SAPOL/DRF-CAMAÇARI)			114276
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Falta de capacidade operacional para a adoção das providências, associado ao elevado volume de demandas de caráter prioritário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.2 Informações sobre o Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

(Item 10.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria, ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades da RFB.

Diante do exposto, e em atendimento ao item 10.2 da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, esta Superintendência Regional informa que não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Com relação ao acompanhamento das ações de auditoria interna informamos que:

- todo trabalho de auditoria interna no âmbito da RFB encontra-se formalizado em processo numerado;
- desde o final de 2011, a tramitação destes processos ocorre de forma eletrônica, por intermédio de sistema denominado e-Processo;
- os processos de auditoria interna tramitam de forma reservada (tem caráter sigiloso), com acesso restrito à Audit, à Superintendência e à unidade auditada;
- o Relatório de Auditoria Interna, contendo as constatações e recomendações feitas pela Audit, é primeiramente levado ao conhecimento da autoridade máxima da UJ, no caso o Superintendente Regional, que após tomar ciência do resultado da auditoria, redireciona o processo internamente para a unidade auditada ou para a área da Superintendência responsável pela matéria;
- toda tramitação do processo de auditoria fica registrada no e-Processo;
- de modo geral, esta UJ tem acatado as recomendações da auditoria interna e adotado as devidas providências para o seu atendimento, algumas delas inclusive no decorrer da própria auditoria;
- caso haja necessidade, as recomendações da auditoria interna podem vir a ser discutidas em videoconferências ou reuniões denominadas Diálogo de Gestão, com a participação de gestores da Alta Administração da RFB, da Audit e da Superintendência;

- a Superintendência divulga para as demais unidades jurisdicionadas as recomendações feitas pela auditoria interna de modo a padronizar procedimentos e a corrigir possíveis falhas procedimentais.

9.3 Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

(Item 10.3 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

A evolução do trabalho relativo à DBR – Declaração de Bens e Rendas –apresentou um grande avanço em comparação a 2011, inclusive em relação à capacidade de identificar de forma sistêmica as pendências dos ocupantes de funções comissionadas.

Não foi utilizado o quadro original previsto na Portaria TCU nº 150/2012, pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não existem na RFB: seria utilizada apenas a última linha;
- As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor da RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- Diante de uma matriz de uma linha (quadro de servidores) e uma coluna (autorização de acesso), temos a necessidade de abordar o acompanhamento da rotina de regularização de pendências de entrega de DBR.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que o proposto no quadro original da Portaria TCU nº 150/2012. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

QUADRO 90: DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR							
REGIÃO FISCAL	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
5ª	DRF/AJU/SE	-	-	-	-	-	0
	SRRF/SRF	3	-	-	-	-	3
TOTAL		3	-	-	-	-	3

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Notas Explicativas:

- As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

9.3.1.1 Análise Crítica

Durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados os 3 registros pendentes da entrega da DBR 2012 ano base 2011, além das novas DIRPF 2013 ano base 2012 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013.

Em relação aos servidores ocupantes de função, não existe pendência para 2013.

O Quadro a seguir demonstra os resultados do trabalho de saneamento de pendências de entrega da DBR:

QUADRO 91: EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DA DBR PELOS SERVIDORES DA UJ

PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	REDUÇÃO
80	3	-96,25%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU N° 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas, que deve preservar o sigilo das informações.

Periodicamente a Cogep promove campanhas de regularização da entrega de documentos funcionais pelos servidores e atualizações do sistema e pastas funcionais pelas áreas de Gestão de Pessoas das Regiões Fiscais.

A preferência dos servidores é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

9.4 Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011

(Item 10.4 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

Esta declaração está localizada no Anexo 1 deste Relatório de Gestão, à página **105**.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 05**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

ITEM 10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(Item 11 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

(Item 11.1 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

1) Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

a) Depreciação - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

- **Bens Móveis**

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e
- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 - Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 - Embarcações, não previstos na norma da anterior.

Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações - **Método das Cotas Constantes**.

As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo

QUADRO 92: TAXAS UTILIZADAS PELA UJ PARA O CÁLCULO DA DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10

142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

- **Bens Imóveis**

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

b) Amortização - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressalte-se que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por se tratar de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

10.2 Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão

(Item 11.2 da Parte A - Conteúdo Geral - do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

10.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL			170078
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Salvador/Bahia	Data	06/02/13
Contador Responsável	Monica Sampaio Mota	CRC nº	027776/O-4

Obs.: As informações em relação ao Balanço Orçamentário somente são passíveis de observação em nível de Órgão (Ministério da Fazenda), ou seja, nos relatórios do Sub-Órgão RFB (Órgão Central) e das Superintendências Regionais, não haverá esta análise.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

DECLARAÇÃO

Eu, Valdir Lemos Couto, CPF nº 358.246.205-63, Analista Tributário da Receita Federal do Brasil, Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores, **EXCETO** no tocante a:

- a) Contrato de Comodato nº 10/2010 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, integrante do Processo 10510.001671/2010-71, com o Banco do Brasil, não oneroso (empréstimo de uma área para instalação de duas máquinas de autoatendimento), publicado na seção 3 do DOU de 02/08/2010.
- b) Contrato nº 12/2012, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, referente a aquisição de equipamentos de informática (scanner), no valor de R\$51.000,00, à empresa CNC Solutions, Tecnologia da Informação Ltda, CNPJ 01.307.379/0001-40, através de adesão à Ata de Registro de Preço da Justiça Federal do Espírito Santo, nos termos do processo 10510.723.072/2012-74 que, em face da impossibilidade de operacionalizá-lo no SIASG, restou apenas a publicação do DOU, seção 3, pág. 122, em 03/12/2012.
- c) Contrato nº 02/2008, da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador, referente manutenção de elevadores, empresa Manutécnica Manutenção Ltda.
- d) Contrato nº 04/2008, da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Salvador, referente emissão de passagens aéreas, empresa Pontal Turismo Ltda.
- e) Contrato nº 46/2010, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5a.RF, referente a locação de impressoras, no valor de R\$ 1.553,92, firmado com a empresa SIMPRESS Comércio, Locação e Serviços S/A, CNPJ 07.432.517/0003-60, através de adesão à Ata de Registro de Preço da Receita Federal do Brasil na 8a.RF, nos termos do processo 10507.000519/2010-21 que, em face da impossibilidade de

operacionalizá-lo no SIASG/Cronograma, restou apenas a publicação do DOU, seção 3, pág. 91, em 22/11/2010.

- f) Contrato nº 06/2012, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª RF, referente a serviço de acesso a Internet, no valor de R\$ 7.636,00, firmado com a empresa VIVO S/A, CNPJ 02.449.992/0142-03, através de adesão à Ata de Registro de Preço da Receita Federal do Brasil na 8ª RF, nos termos do processo 10507.00004/2012-09 que, em face da impossibilidade de operacionalizá-lo no SIASG/Cronograma, restou apenas a publicação do DOU, seção 3, pág. 108, em 30/05/2012.
- g) Contrato nº 51/2010, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª RF, referente a garantia pela aquisição de equipamentos e serviço de instalação de sistema de segurança eletrônica, firmado com a empresa Estrela Locação de Equipamentos Eletrônicos - LTDA EPP., CNPJ 03.212.079/0001-02, através de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do processo 10507.000160/2010-91 que, em face da ausência de pagamentos a efetuar e impossibilidade de operacionalizá-lo no SIASG/Cronograma, restou apenas a publicação do DOU, seção 3, pág. 91, em 21/12/2010.
- h) Contrato nº 45/2011, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 5ª RF, referente a serviço de postagem, no valor de R\$ 5.778,90, firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ 34.028.316/0005-37, através de inexigibilidade de licitação, nos termos do processo 10507.000393/2011-75, que apresenta pendência no SIASG/Cronograma referente a ausência de registro de valor devido a problemas no sistema. Situação atual, aguardando soluções do gerenciador do sistema.

Salvador, 21 de Fevereiro de 2013.


VALDIR LEMOS COUTO
ATRFB/SRRF05
358.246.205-63